

Estratégia e risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do “paradigma Gillingham”

“Agora acolhei a conjectura de uma hora
Em que o boato rasteiro e a perscrutadora escuridão
Enchem este grande vaso do universo.
Dum acampamento ao outro, pelo ventre sujo
Da noite, soa silencioso o sussurro dos exércitos,
E as quedas sentinelas quase recebem
O ciciar secreto da vigília uns dos outros.
Fogueiras dos dois lados, e através das chamas fracas
Cada exército vê a face iluminada do outro.
Corcel ameaça corcel com relinchos arrogantes,
Furando o ouvido sonolento da noite. Das tendas,
Os armeiros, ao equipar os cavaleiros
E cravar os rebites à força de martelos,
Dão uma medonha nota dos preparativos.
Cantam os galos da aldeia, os relógios soam
Indicando a terceira hora da manhã ensonada”¹.

Assim recria a prosa magistral de William Shakespeare, recorrendo ao artifício clássico do “coro”, o ambiente dramático vivido nos acampamentos inglês e francês na madrugada de 25 de Outubro de 1415, escassas horas antes do início de uma das batalhas mais famosas da história medieval europeia: a batalha de Agincourt. No arraial inglês, a tensão emocional atinge o seu ponto máximo, e os

“pobres Ingleses, / quais condenados, junto às fogueiras vigilantes, / paciente-
mente sentados, ruminam para si / o perigo da manhã. Com a expressão triste, / que
recobre faces escaldadas e roupas gastas, / apresentam-se à luz esgazeada / quais hórridos fantasmas”².

* Agradecemos reconhecidamente aos nossos queridos colegas e amigos Doutores Francisco García Fitz, Luís Miguel Duarte e Miguel Gomes Martins a leitura do *draft* deste artigo e as diversas sugestões e achegas, que vieram enriquecer sobremaneira a versão final aqui apresentada.

¹ William Shakespeare, *Henrique V*. Trad. port. de M. Gomes da Torre, Porto. Campo das Letras, 2004 (Acto 4, p. 105).

² *Idem, ibidem*.

Como sabem aqueles que conhecem esta peça, Henrique V decide então pedir a Sir Thomas Erpingham que lhe empreste a sua capa e, irreconhecível, irá deambular por entre as tendas dos soldados ingleses, levando a cada grupo uma palavra de ânimo e de confiança na vitória:

“Pois ele vai visitar toda a sua hoste, / a todos dá bom dia com sorriso afável / e chama-lhes irmãos, amigos, compatriotas, / em seu rosto real não há sinal nenhum / do tremendo exército que o tem cercado; / nem mesmo concede um nadinha de cor / à noite cansada e passada em vigília; / apresenta-se fresco e domina a tensão / de semblante alegre e doce majestade, / e todo o infeliz, antes sofredor e pálido, / ao vê-lo, readquire alento no que vê. / Tal como o sol, o seu olhar liberal / concede a todos uma universal dádiva / e derrete o frio medo; e simples e nobres / contemplam – se a modéstia tal pode definir – ‘um ligeiro toque de Harry na noite’”³.

Assim é a batalha, em todo o seu esplendor literário. O momento supremo da disputa política. A jornada decisiva, que dá sentido à campanha e culmina a sua organização estratégica. O ordálio, o palco dos heróis e dos vilões, o paraíso dos cronistas. Sobre a nudez crua da verdade, nenhum manto diáfano de fantasia. Poderá haver uma verdadeira guerra sem esse ‘ponto de não retorno’ que é a batalha campal?

I. Durante muitas décadas, os historiadores militares acreditaram que não. Guerra sem batalha era como ... ‘avião sem asa’, ‘fogueira sem brasa’, uma espécie de filme sem enredo e sem final feliz para nenhuma das partes. Ao longo das décadas, no século XIX e no século XX, autores como Charles Oman, Hans Delbrück ou J. F. C. Fuller⁴ cultivaram uma história militar muito centrada e muito dependente da luz que irradiava desses eventos decisivos que reuniam em campo aberto, para o confronto final, os dois exércitos rivais. Muitos desses autores eram militares e estavam marcados por uma concepção clausewitziana da história da guerra: a continuação da política por uma mistura de outros meios, visando a aniquilação impiedosa do adversário em batalha campal. Tocados pela sua experiência pessoal, tinham eles próprios o desejo de explicar o presente e isso condicionava a sua observação dos confrontos do passado. Como explica John France, “a nossa perspectiva da guerra é, sem dúvida, influenciada pela experiência moderna, na qual a batalha tem

³ *Idem, ibidem* (p. 106).

⁴ *Vide* Charles W. C. Oman, *A History of the Art of War in the Middle Ages. Volume One: 378-1278 AD; Volume Two: 1278-1475 AD*. Londres, Greenhill Books & California, Presidio Press (reproduz a edição revista e alargada de 1924; ed. orig.: *A History of the Art of War*, Methuen, 1989); Hans Delbrück, *History of the Art of War within the Framework of Political History – Volume III, The Middle Ages*. Londres, Greenwood Press, 1982 (trad. ingl. baseada na ed. de Berlim, 1923; ed. orig.: Berlim, 1907); e J. F. C. Fuller, *The Decisive Battles of the Western World and their Influence on History. Volume One*. Londres, Eyre and Spottiswoode & Nova Iorque, Funk, 1954.

sido um elemento central. Em duas guerras mundiais terríveis, os comandantes de ambos os lados esforçaram-se por conduzir os seus inimigos à batalha, por esmagar os seus exércitos no campo, por os levar mesmo à rendição incondicional”⁵. Nesse género de história militar predominava um interesse prático que, associado a uma desvinculação entre a história militar e as outras especialidades da investigação histórica (um aspecto bem acentuado por Miguel Angel Ladero Quesada⁶) provocava, como escreveu Francisco García Fitz, uma imagem final “notavelmente deformada” da guerra medieval⁷. E, nessa representação, a Idade Média saía maltratada: a escassez de grandes batalhas campais no Ocidente dos séculos VI a XV seria a prova da ausência de uma estratégia militar, da menoridade da arte da guerra, da incipiência e tacahez dos generais medievais e da impotência dos respectivos exércitos.

Entretanto, historiadores militares mais recentes, com outra formação e de outra dimensão, como Ferdinand Lot ou John Beeler⁸, tiveram também dificuldade em romper o casulo, libertando-se da ideia de que a batalha é ... *la crème de la crème*. E mesmo nessa obra apaixonante de John Keegan intitulada *The Face of Battle*, publicada em 1976 e que influenciou de forma tão poderosa as modernas gerações de historiadores militares, podemos encontrar gravada a sentença fatal: “Os exércitos [...] servem para combater. A história militar [...] tem em última análise de ser acerca da batalha”⁹. Mais recentemente ainda, Victor Davis Hanson, um investigador americano especializado na história militar da Antiguidade Clássica, veio aprofundar este ponto de vista na obra (prefaciada por John Keegan, *et pour cause*) intitulada *The Western Way of War. Infantry Battle in Classical Greece*¹⁰. Neste livro, que tem provocado um saudável debate entre os historiadores militares (antigos e não só), Hanson defende que o “modelo de guerra ocidental” passa, desde a época dos soldados hoplitas que compunham os exércitos gregos no período arcaico e clássico, pela busca do enfrentamento decisivo, *i.e.* da batalha. Hanson pergunta:

“[...] o legado da maneira de combater dos Gregos não afectou milhões de vidas no Ocidente, mesmo no nosso século? É mais ou menos dado por adquirido na nossa cultura que os homens e as mulheres, tal como os seus predecessores gregos, não pre-

⁵ Vide John France, *Victory in the East. A military history of the First Crusade*, Cambridge. Cambridge University Press, 1996 (ed. orig.: 1994), p. 27.

⁶ Vide Miguel Angel Ladero Quesada, “La organización militar de la Corona de Castilla durante los siglos XIV y XV”, in *La incorporación de Granada a la Corona de Castilla*, ed. M. A. Ladero Quesada, Granada, 1993 p. 195.

⁷ Vide Francisco García Fitz, *Las Navas de Tolosa*, 1.ª ed., Barcelona. Ariel, 2005, p. 30.

⁸ Vide Ferdinand Lot, *L'Art Militaire et les armées, au Moyen Âge, en Europe et dans le Proche Orient*, 1.ª ed., Paris. Payot, 1946 (2 vols.); e John Beeler, *Warfare in Feudal Europe, 730-1200*, Ithaca, Londres, 1971.

⁹ Vide John Keegan, *O rosto da batalha*. Trad. port., Lisboa. Fragmentos, 1987, p. 22.

¹⁰ Vide Victor Davis Hanson, *The Western Way of War. Infantry Battle in Classical Greece*, 1.ª ed., Berkeley-Los Angeles-Londres. University of California Press, 1989.

cisam de ser ensinados pelos respectivos governos de que a única maneira de derrotar um adversário é encontrá-lo e enfrentá-lo de maneira a resolver de vez toda a querela, da forma o mais rápida e directa possível; e, assim, eles entraram nesse supremo absurdo da arte da guerra – a batalha campal”¹¹.

E mais adiante: “Não existe em todos nós uma repugnância pela táctica do ‘bate e foge’, pela escaramuça e pela cilada? Será que isso não esconde o sentimento, ainda que ilógico e mal construído, de que o assalto directo entre homens que, nas palavras de Brasidas, ‘aguentam firmes nas suas posições’ é de alguma forma uma oportunidade mais ‘justa’ e certamente mais ‘nobre’ para mostrar o verdadeiro carácter de um homem e o pôr à prova diante dos seus pares? A esperança numa batalha à maneira grega estava, justamente por essa razão, sempre no espírito do Cruzado, a figura que, mais do que qualquer outra na história europeia, estava fascinada pelo armamento clássico e pelo desejo de matar em combate corpo-a-corpo. [...] E, de outro modo, como poderíamos nós explicar a carnificina causada por aqueles que adoptaram essa absurda forma de combater em La Somme, ou em Verdun, ou em Omaha Beach? Para os Gregos que há muito formularam essas ideias acerca da batalha, nada menos do que uma luta ‘justa’ – ou seja, um choque à luz do dia entre duas falanges cerradas – não era luta nenhuma, ainda que fosse decisiva”¹².

Em contrapartida, desde meados do século XX que a renovação dos estudos de história militar medieval – hoje com inquéritos e abordagens muito mais profundas e pluridisciplinares – tem vindo a permitir a superação de preconceitos e tem obrigado a rectificar posicionamentos. Os estudos de R. C. Smail, de Christopher Marshall e de Davide Nicolle¹³ sobre os exércitos cruzados, p.ex., vieram mostrar como a condução da guerra medieval não era assim tão primitiva, nem os comandantes da Idade Média deixavam de imprimir às suas campanhas uma orientação estratégica inteligente e profícua pelo simples facto de não as fazerem desembocar necessariamente numa batalha campal. Novas facetas da guerra medieval (p.ex. o recrutamento, o abastecimento, o financiamento, os sistemas de comunicação, a formação teórica e prática) começaram a ser descobertas, estudadas a fundo (com base em documentos) e valorizadas no âmbito de uma ‘nova história militar’ influenciada pela escola dos “Annales” e que contagiou todas as etapas da evolução da Humanidade. Autores como Warren Hollister, H. J. Hewitt, Claude Gaier, Philippe Contamine ou Christopher Allmand, vieram dar profundidade às ideias de Liddell Hart sobre as “estratégias de aproximação indirecta” e evidenciar a importância da guerra de desgaste convenientemente planificada e a

¹¹ *Idem, ibidem*, p. XVI.

¹² *Idem, ibidem*, pp. 13-14.

¹³ Vide R. C. Smail, *Crusading Warfare, 1097-1193*, 2.ª ed., com uma nova introdução bibliográfica por Christopher Marshall. Cambridge. Cambridge University Press, 1995 (ed. orig.: 1956); Christopher Marshall, *Warfare in the Latin East, 1192-1291*, 1.ª ed., Cambridge. Cambridge University Press, 1992; e David Nicolle, *Crusader Warfare. Volume I: Byzantium, Western Europe and The Battle for the Holy Land; Volume Two: Muslims, Mongols and the Struggle against the Crusades*, 1.ª ed., Londres-Nova Iorque. Hambledon Continuum, 2007.

presença de estratégias “obsidionais” e acessórias que davam sentido à guerra medieval apesar da raridade dos grandes enfrentamentos em campo aberto¹⁴. Este movimento de renovação culminaria numa ‘segunda vaga’ protagonizada por autores (na sua maioria anglo-saxónicos) como Jim Bradbury, John Gillingham, Stephen Morillo, Matthew Strickland, John France ou Michael Prestwich, que em conjunto ajudaram a formar uma nova imagem da guerra medieval, reinstalando a batalha num contexto teórico e operacional muito mais amplo e provando que a guerra medieval é muito mais do que uma sucessão de batalhas¹⁵. A obsessão pelo estudo dos combates em campo aberto deixou de ‘secar’ como um eucalipto tudo aquilo que a rodeava e passou a haver espaço para novas averiguações de uma extraordinária relevância e fecundidade. Se quisermos, nestas VI Jornadas Luso-Espanholas, tomar um exemplo claríssimo dessa evolução e do seu potencial, basta confrontar o estudo clássico (e ainda muito útil) de Ambrosio Huici Miranda sobre a Reconquista e a suas batalhas (editado em 1956) e a notável tese de doutoramento de Francisco García Fitz, publicada em 1998 e dedicada às estratégias de expansão e às tácticas militares no âmbito dos enfrentamentos entre Castela, Leão e o Islão nos séculos XI, XII e XIII¹⁶. O estudo de García Fitz deixa absolutamente claro como nestas três centúrias, apesar da escassez de grandes combates em campo aberto, existiu no mundo castelhano-leonês uma verdadeira estratégia de expansão territorial, devidamente planificada, coerente e bem sucedida, que combinou os instrumentos políticos, económicos, diplomáticos e militares necessários à consecução de objectivos políticos ambiciosos bem definidos *a priori* e prosseguidos ao longo de várias gerações¹⁷. Se olharmos para as biografias dos monarcas castelhano-leoneses desde Fernan-

¹⁴ Vide Warren Hollister, *Anglo-Saxon Military Institutions on the Eve of the Norman Conquest*, 1.ª ed., Oxford, 1962; H. J. Hewitt, *The Organization of War under Edward III, 1338-1362*, 1.ª ed., Manchester. Manchester University Press, 1966; Claude Gaier, *Art et organisation militaires dans la principauté de Liège et dans le comté de Looz au Moyen Âge*, 1.ª ed., Bruxelas, 1968; Philippe Contamine, *Guerre État et Société à la fin du Moyen Âge. Études sur les armées des rois de France, 1337-1494*, 1.ª ed., Paris-Haia. Mouton, 1972; Christopher Allmand, *The Hundred Years War. England and France at War, c.1300 – c.1450*, 1.ª ed., Cambridge. Cambridge University Press, 1988; e B. H. Liddell Hart, *La estrategia de aproximación indirecta. Las guerras decisivas de la Historia*. Trad. esp., Barcelona, 1946 (ed.orig.: 1929, revista e ampliada em 1954). Veja-se também Francisco García Fitz, *Las Navas de Tolosa...*, pp. 15-40.

¹⁵ Vide Jim Bradbury, *The Medieval Siege*, 1.ª ed., Woodbridge. The Boydell Press, 1992; John Gillingham, “Richard I and the Science of War in the Middle Ages”, in M. Strickland, *Anglo-Norman Warfare*, Woodbridge. The Boydell Press, 1992, pp. 194-207 (ed.orig.: 1984); *Idem*, “William the Bastard at War”, in *ibidem*, pp. 143-160 (ed. orig.: 1989); Stephen Morillo, *Warfare under the Anglo-Norman Kings*, 1.ª ed., Woodbridge. The Boydell Press, 1994; Matthew Stickland, *War and Chivalry. The Conduct and Perception of War in England and Normandy, 1066-1217*, 1.ª ed. Cambridge. Cambridge University Press, 1996; John France, *Western Warfare in the Age of the Crusades, 1000-1300*, 1.ª ed., Ithaca-Nova Iorque. Cornell University Press, 1999; e Michael Prestwich, *Armies and Warfare in the Middle Ages. The English Experience*, 1.ª ed., New Haven e Londres. Yale University Press, 1996.

¹⁶ Vide A. Huici Miranda, *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (Almorávides, Almohades y Benimerines)*, 1.ª ed., Madrid, 1956; e Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*, 1.ª ed., Sevilla. Universidad de Sevilla, 1998.

¹⁷ Vide Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam...*, p. 56.

do I (com quem começa a pressão sobre os reinos *taifas* situados a norte do rio Tejo) até Sancho IV (a quem se deve, quase dois séculos e meio mais tarde, a consolidação da sua presença no Estreito de Gibraltar), percebemos imediatamente que, com excepção de Afonso VIII (que liderou os exércitos cristãos em Alarcos e em Las Navas de Tolosa), foram raríssimas as participações em batalhas campais¹⁸. No entanto, tal não impediu “a aplicação sistemática de uma estratégia de aproximação indirecta que pôs em acção ferramentas políticas e militares de muito diversa índole”¹⁹ e que se revelariam decisivas. Na altura em que desenvolveu estas ideias, García Fitz²⁰ beneficiava já dos resultados das averiguações de alguns dos autores anglo-saxónicos que citámos. Jim Bradbury, por exemplo, num estudo de 1984, quantificou em apenas sete os casos de batalhas campais ocorridos na Inglaterra e na Normandia entre 1066 e 1154, mau grado a grande animação de que este período se revestiu, com a invasão de Guilherme-o-Conquistador, as guerras civis, os conflitos bélicos entre monarcas ingleses e franceses e as disputas armadas nas fronteiras escocesas²¹. E John Gillingham, nos dois já citados e célebres artigos dedicados às carreiras militares de Ricardo Coração-de-Leão e de Guilherme-o-Conquistador (publicados pela primeira vez em 1984 e em 1989, respectivamente) mostrou que, mesmo na vida desses aguerridos cavaleiros, as batalhas campais eram de uma surpreendente raridade: duas ou três em 25 anos de guerras protagonizadas por Ricardo no continente europeu, nas Ilhas Britânicas e na Terra Santa; apenas uma (Hastings-1066), em bem mais de duas dezenas de anos de actividade militar intensa, do lado de Guilherme da Normandia!

Como é natural, estas constatações foram aproximando os historiadores militares da ideia de que a batalha campal era um acontecimento raro e de certa forma secundário no contexto da estratégia militar medieval, sendo por isso preferível que o historiador dirigisse a sua atenção para outro tipo de eventos, como as operações de cerco (Bradbury chegou a escrever, reportando-se ao séc. XII, que “a guerra consistia, talvez, em um por cento de batalhas e em noventa e nove por cento de cercos”²²), as cavalgadas, as operações de saque e de destruição de terras e bens, etc. Esta orientação alastrou de tal maneira que Matthew Strickland escreveu (em 1996) o seguinte comentário: “A ideia [de que a maioria dos comandantes estava ansiosa por evitar a batalha campal sempre que possível, devido aos enormes riscos políticos e estratégicos que ela comportava] é hoje em dia tão corrente que pode ser afirmado

¹⁸ *Idem, Las Navas de Tolosa...*, p. 79.

¹⁹ *Idem, Castilla y León frente al Islam...*, p. 56.

²⁰ Vide Francisco García Fitz, *Castilla y León frente al Islam...*, pp. 21-57.

²¹ Vide Jim Bradbury, citado por García Fitz, *Las Navas de Tolosa...*, p. 34.

²² Vide Jim Bradbury, *The Medieval Siege...*, p. 71.

com segurança que transitou do campo do revisionismo para o da ortodoxia”²³! Eis o “paradigma Gillingham” de que fala Clifford Rogers²⁴ (e a que Gillingham preferia que se chamasse antes “paradigma Smail”²⁵). Algo que consiste em levar a revisão conceptual sobre a estratégia militar medieval iniciada por R. C. Smail a um ponto que valoriza de tal modo a ‘guerra indirecta’ e a ausência da batalha campal que esta surge quase como um corpo estranho (no sentido de um facto extraordinário ou extremamente invulgar) na prática corrente da guerra.

Convém que se diga que este paradigma – entretanto tornado em ‘nova ortodoxia’ – se afirmou a par da redescoberta do *opus magnum* de Flávio Vegécio Renato, o autor latino que, em finais do século IV, compôs para o imperador um tratado conhecido por *Epitoma rei militaris* ou por *De re militari*. Nesta obra, Vegécio (um alto funcionário imperial) procura explicar como se recrutavam, como se organizavam internamente, como se treinavam e como actuavam os exércitos romanos dos tempos áureos das grandes legiões republicanas e do Alto Império²⁶. Ora, sucede que o tratado de Vegécio foi, no dizer de Christopher Allmand²⁷, um *best-seller* medieval: dele estão hoje referenciados com segurança 226 manuscritos latinos completos, o que faz de Vegécio o autor clássico mais copiado no Ocidente europeu até 1300, logo a seguir a Cícero, a Ovídio e a Virgílio. Se considerarmos o conjunto dos testemunhos, *i.e.* todos os manuscritos latinos (integrais ou não) e as traduções para oito línguas vernáculas (anglo-normando, francês, italiano, inglês, castelhano, catalão, alemão e judaico-alemão), então o total ascende a mais de 320 manuscritos, com datas situadas entre os séculos VII e XIX mas quase todos (cerca de 94%) anteriores a 1500²⁸!

Estes números são suficientes para dar conta da difusão do tratado de Vegécio nos meios cultos ocidentais da Idade Média. É certo que a *Epitoma rei militaris* fala de um exército permanente (algo que a Idade Média europeia não conheceu até às *Compagnies d’Ordonnance* de Carlos VII de França, em meados do séc. XV), de um exército composto essencialmente por infantaria

²³ Vide M. Strickland, *War and Chivalry...*, p. 43, nt. 69.

²⁴ Vide Clifford J. Rogers, “The Vegetian ‘Science of Warfare’ in the Middle Ages”, *Journal of Medieval Military History*, vol. I, 2002, pp. 1-19 (em especial a p. 3).

²⁵ Vide John Gillingham, “‘Up with Orthodoxy!’ In Defense of Vegetian Warfare”, in *Journal of Medieval Military History*, vol. II, 2004, pp. 149-158 (em especial a p. 153).

²⁶ Vide M. D. Reeve, *Vegetius, Epitoma Rei Militaris. Recognovit, Brevisque Adnotatione Critica Instruxit M. D. Reeve*, 1.ª ed., Oxford. Oxford University Press, 2004. Trad. port. em: João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga, *Vegécio, Compêndio da arte militar*, 1.ª ed., Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

²⁷ Vide Christopher Allmand, “The Fifteenth-Century English Versions of Vegetius’ *De Re Militari*”, in Matthew Strickland (ed.) *Armies, Chivalry and Warfare in Medieval Britain and France*, Stamford. Paul Watkins, 1998, pp. 30-45 (em especial a p. 32).

²⁸ Vide M. D. Reeve, “The transmission of Vegetius’ *Epitome rei militaris*”, *Aevum*, n.º 74, 2000, p. 251; Philippe Richardot, *Végèce et la Culture Militaire au Moyen Age (V–XV siècles)*, 1.ª ed., Paris. Economica, 1998, pp. 19 e 191-193; e Allmand, *The Fifteenth-Century English Versions...*,

(o que também contrasta com o núcleo duro dos exércitos medievais) e cuja elite (os legionários) era recrutada nos meios campesinos e nas mais duras profissões manuais dos meios urbanos, em função da sua resistência e das suas aptidões físicas (e não do seu nascimento, ou da pertença a uma linhagem). No entanto, a Idade Média soube fazer as suas adaptações (isso é fácil de constatar, p.ex., na Segunda das *Siete Partidas* de Afonso X, a propósito da escolha dos cavaleiros²⁹) e captar a parte da mensagem de Vegécio que mais lhe interessava. As *marginalia* deixadas pelos copistas e tradutores medievais mostram que a *Epitoma* era vista não como uma peça de antiquário mais ou menos fossilizada, mas como um texto vivo e repleto de ensinamentos úteis para os leitores medievais. Só isso explica, aliás, a sua popularidade, decerto facilitada pela obediência cristã do autor. A Igreja integrou preceitos de Vegécio nas coleções de sermões e de *exempla*, tirando partido das recomendações (quase monásticas) de frugalidade, de tenacidade, de desprezo pela morte, de defesa do bem público e de obediência ao juramento cristão apresentadas pelo autor latino. Nos finais da Idade Média, muita da mensagem de Vegécio permanecia actual para as monarquias em crescimento: a apologia de um exército disciplinado e bem treinado, ao serviço da defesa do poder central; a desconfiança relativamente às tropas mercenárias; a importância das fortificações; a valorização da guerra de desgaste e da logística, em estreita articulação com a defesa da terra e dos elementos naturais; e até muitos preceitos tácticos concretos, entre os quais diversos dispositivos de combate (p.ex.: as formações em quadrado, em cunha, em tenaz, etc., que reaparecem nas *Siete Partidas*³⁰) e múltiplos conselhos práticos (observação cuidadosa do adversário, preparação anímica das tropas, aproveitamento do terreno, recurso à surpresa, guarda do sigilo na planificação dos movimentos, respeito pela hierarquia de comando, etc.). Mesmo do ponto de vista do armamento e do seu manejo, algumas das soluções preconizadas por Vegécio mantinham, *mutatis mutandi*, alguma actualidade nos finais do séc. XIV: as cotas de malha, os escudos, as lanças, as fundas, as bestas (agora reduzidas a uma escala inferior), as espadas manejadas sobretudo como armas de estoque, os manteletes de cerco, as tartarugas-aríetes, etc.³¹.

Como aventou um dia Peter Russell, se a Idade Média não produziu até muito tarde a sua própria arte da guerra, em grande medida isso deve-se ao facto de “os Europeus da Idade Média não vislumbrarem nenhuma razão para

²⁹ Vide *Las Siete Partidas del Sábio Rey Don Alonso, glosadas por Gregório Lopez*, 3 vols, Madrid. Boletín Oficial del Estado, 1985 (reimpr. da ed. de Salamanca, Andrea de Portonaris, 1555), em especial os Títulos XXI a XXIII da “Segunda Partida”, fls. 70-91.

³⁰ Vide Afonso X, *Las Siete Partidas*..., “Segunda Partida”, Título XXIII, Ley XVI, fls. 86v.-87.

³¹ Vide João Gouveia Monteiro, “Vegécio e os sons da reforma militar romana: por um futuro cheio de passado!”, *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008 (pp. 9-39).

abandonar Vegécio”³². E a verdade é que sabemos que em todas as etapas da Idade Média a *Epitoma rei militaris* parece ter sido útil aos comandantes medievais. Um breve e muito seleccionado conjunto de exemplos documenta bem esta ideia. Cerca de 830, Fréculfe, bispo de Lisieux, prepara para a imperatriz Judite, com vista à educação de Carlos-o-Calvo, uma cópia corrigida da *Epitoma*, com o fito de que ela possa ser útil na implementação dos dispositivos tácticos a adoptar na guerra contra os Vikings³³. Por volta de 855-856, o abade de Fulda, Rábano Mauro, prepara a pedido de Lotário II um resumo da *Epitoma*, sob indicação expressa de preservar apenas as partes que fossem úteis nos “tempos modernos”³⁴. A Foulque Nerra, conde de Anjou entre 987 e 1040, se devem uma série de medidas que – como demonstrou Bernard Bachrach – seguem de perto as recomendações de Vegécio: ponderação cuidadosa da decisão de dar ou evitar a batalha campal, consoante o momento, as características do terreno, a composição das forças dos exércitos litigantes e até a posição dos elementos naturais (p.ex. o sol); uso de reservas tácticas; recurso a acções de surpresa; organização de fortificações em rede; construção de acampamentos fortificados; etc³⁵. Em meados do séc. XII, um descendente de Foulque Nerra, Godofredo Plantageneta, terá feito uso expresso de uma cópia do tratado de Vegécio durante o cerco da fortaleza de Montreuil-Bellay, no vale do rio Loire³⁶. A partir desta altura, o conhecimento da doutrina da *Epitoma* passa a processar-se não apenas de forma directa como também através da mediação que dela começou a ser feita por obras de enorme divulgação na Idade Média – tratados políticos, “espelhos de príncipes” ou enciclopédias, como p.ex. o *Policraticus* de João de Salisbúria (1159), o *De Regimine Principum* de Gil de Roma (1277-1279), o *Speculum maius* de Vincent de Beauvais (c.1250) ou o *Livre des Faits d’Armes et de Chevalerie* de Cristina de Pisano (1408-1409), tudo livros onde o tratado de Vegécio era amplamente utilizado e até reproduzido de forma muitas vezes literal³⁷. Nos finais da Idade Média, estão recenseados como possuidores de uma cópia da *Epitoma* (em latim ou em tradução vernacular) papas e outros príncipes da Igreja, reis e grandes senhores em quase todo o Ocidente europeu, líderes militares, homens de guerra activos e *condottieri*, escritores, humanistas, médicos, notários públicos, juristas, etc.³⁸. No dizer de Geoffrey Lester, que

³² Vide Peter Russell, “The Medieval Castilian Translation of Vegetius, *Epitoma de rei militaris*: An Introduction”; in *Spain and its Literature. Essays in Memory of E. Allison Peers. Part I: From the Middle Ages to the Siglo de Oro*, ed. Anne L. Mackenzie, Liverpool. Liverpool University Press & MHRA, 1997, p. 53.

³³ Vide Bernard Bachrach, “The Practical use of Vegetius’ *De Re Militari* during the Early Middle Ages”, *The Historian*, vol. XLVII, 1985, pp. 241-242.

³⁴ *Idem, ibidem*.

³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 247-249.

³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 242-243.

³⁷ Vide Ph. Richardot, *op. cit.*, pp. 78-84.

³⁸ Vide Allmand, *The Fifteenth-Century English Versions...*, pp. 44 e 136-144; e Richardot, *op. cit.*, pp. 48-54.

analisa a situação existente em Inglaterra, “provavelmente, todos os homens de guerra activos, como Fastolf e Thomas, ou Lord Berkeley, teriam possuído uma cópia de Vegécio, e poucas bibliotecas aristocráticas do século XV não teriam nenhuma”³⁹. Neste extremo final da Idade Média, como demonstrou Christopher Allmand, um especialista da arte da guerra como Carlos-o-Temerrário (duque da Borgonha e neto de D. João I) inspirar-se-ia no tratado de Vegécio ao compor as célebres ordenações militares borgonhesas promulgadas entre 1468 e 1476⁴⁰.

Perante este cenário, vale a pena recordar o posicionamento de Vegécio relativamente às batalhas campais, de modo a perceber como ele foi incorporado no “paradigma Gillingham”, a um ponto tal que este é vulgarmente traduzido como a apologia de uma ‘estratégia vegeciana’ da arte da guerra. No Livro III do seu tratado, Vegécio aborda por diversas vezes a questão das batalhas campais (ou dos combates em campo aberto). O essencial da sua doutrina sobre esta matéria está contido nos seguintes preceitos:

- i) “Um confronto aberto é definido como um combate de duas ou três horas, após o qual todas as esperanças daquela parte que for vencida se desvanecem” (cap. IX);
- ii) “[...] os bons generais tentam sempre surpreender o inimigo e não enfrentá-lo num combate aberto, no qual existe um perigo para ambas as partes [...]” (cap. IX);
- iii) “[...] o general deve decidir sobretudo se é preferível prolongar o estado de guerra ou resolvê-lo o mais rapidamente possível. Com efeito, às vezes o adversário espera que a campanha possa terminar rapidamente e, se for dilatada no tempo, ou é castigado pela fome ou é mandado regressar por desejo dos seus compatriotas, ou, nada conseguindo de assinalável, é obrigado a ir-se embora sem esperança de vitória. E é então que muitos desertam, cansados pelo esforço e pela saturação, que alguns traem e que outros se entregam [...]” (cap. IX).
- iv) “[...] deve ter-se cuidado para nunca levar para uma batalha campal um exército hesitante e aterrorizado [...] não devem ser conduzidos a uma batalha campal de uma forma temerária mas antes num momento bem planeado [...]” (cap. IX);
- v) o general, “se se achar ele próprio superior em muitos aspectos, não deve adiar o início de um combate vantajoso para si. Mas se, pelo contrário, ele perceber que o inimigo é mais forte, deve evitar um combate em campo aberto; com efeito, exércitos menos numerosos e menos fortes, fazendo ataques imprevistos e emboscadas sob as ordens de bons generais, conseguiram alcançar muitas vezes a vitória” (cap. IX);

³⁹ Vide Geoffrey Lester, *The Earliest English Translation of Vegetius' De Re Militari*. Edited from Oxford MS Bodl. Douce 291, Heidelberg, 1988, p. 17.

⁴⁰ Vide Christopher Allmand, *Did the De Re Militari of Vegetius influence the Military Ordinances of Charles the Bold?* Publication du Centre Européen d'Études Bourguignonnes (XIV^e-XVI^e s.), n.º 41, 2001, pp. 135-143 (*passim*).

- vi) a doutrina da arte militar obriga a analisar “esse dia incerto da batalha em campo aberto, dia esse fatal para algumas nações e povos. Com efeito, uma vitória completa assenta no resultado de uma batalha campal. Portanto, esta é a altura em que os generais devem ser tanto mais cuidadosos quanto maior é a glória que se espera por parte dos mais esforçados e quanto maior é o perigo que acompanha os cobardes. Esta é a ocasião em que predominam o uso da perícia, a ciência do combate e a sabedoria” (cap. X);
- vii) “Averigua cuidadosamente o que sentem os soldados no próprio dia em que vão combater. [...] Não confies em demasia num recruta que deseja o combate – na verdade, doce é a batalha para os inexperientes – e, por outro lado, perceberás que convém adiar a batalha, caso guerreiros experientes receiem combater. A coragem e o ânimo aumentam no seio do exército graças aos conselhos e ao encorajamento do general [...]” (cap. XII);
- viii) “Em todos os combates, a condição de uma campanha é de tal natureza que aquilo que te é proveitoso é prejudicial ao inimigo e aquilo que o auxilia é-te sempre prejudicial” (cap. XXVI);
- ix) “É melhor dominar o inimigo pela fome, por ataques de surpresa ou pelo terror do que pelo combate, no qual a sorte costuma ter mais peso do que a coragem” (cap. XXVI);
- x) “A coragem ajuda mais do que o número” (cap. XXVI);
- xi) “O terreno é frequentemente mais útil do que a coragem” (cap. XXVI);
- xii) “Aquele que não acautela o aprovisionamento em cereais e em tudo o mais que é necessário é derrotado sem sequer combater” (cap. XXVI);
- xiii) “Os bons generais nunca combatem em campo aberto, a não ser em ocasiões oportunas ou por extrema necessidade” (cap. XXVI);
- xiv) “Um ótimo plano consiste em vergar o inimigo pela fome mais do que pelo ferro” (cap. XXVI)⁴¹.

Percebe-se, pois, bastante bem, por que motivo o “paradigma Gillingham” aparece associado à doutrina de Vegécio. A relativa escassez de batalhas campais na Idade Média, a sua raridade nas carreiras dos maiores líderes militares, a certeza de que os generais medievais conheciam e desenvolviam com sucesso outras formas de estratégia (baseadas na aproximação indirecta, na guerra de desgaste, no enfraquecimento logístico), a ampla divulgação da *Epitoma* nos meios cultos e a natureza de alguns dos preceitos de Vegécio sobre a batalha campal e sobre a existência de formas alternativas de obter a vitória numa campanha militar explicam perfeitamente essa aproximação.

⁴¹ Vide J. G. Monteiro e J. E. Braga, *op. cit.*, Livro III, caps. IX, X, XII e XXVI.

A ‘nova ortodoxia’ – onde no fundo todos nós recolhemos inspiração, em maior ou menor grau – afirmou-se assim como postuladora de uma representação que mostra os comandantes medievais como ansiosos por evitar a batalha campal sempre que possível, por um conjunto forte e variado de razões, de que destacaremos três: a) em resultado dos enormes riscos (estratégicos, políticos e até físicos) que ela comportava⁴²; b) pela impossibilidade de controlar (dadas até as dificuldades de comunicação) todos os imponderáveis (militares, anímicos ou outros) de um combate a partir do momento em que se estabelecia o contacto entre as linhas adversárias⁴³; c) pelos limitados ganhos que uma vitória em combate aberto poderia render (*vide*, p.ex., o caso da batalha de Zalaca, em 1086: vitória almorávida sobre Afonso VI de Castela e Leão), sobretudo se o derrotado dispusesse, na retaguarda, de boas fortificações para onde pudesse retirar e de onde pudesse resistir demoradamente, obrigando o inimigo a grandes mobilizações de recursos humanos e financeiros⁴⁴.

Neste cenário, em que os caprichos da Fortuna tornavam o resultado de uma batalha sempre imprevisível (mantendo em aberto a possibilidade de uma derrota desastrosa, como a sofrida por Harold Godwineson em Hastings-1066) e em que a relação entre meios defensivos e meios ofensivos na guerra de cerco era de tal modo favorável aos primeiros que uma vitória em batalha podia afinal servir de muito pouco (obrigando os vencedores a sitiarem depois, uma a uma, as fortalezas rebeldes, num verdadeiro “trabalho de Sísifo”, como lhe chamou Stephen Morillo⁴⁵), era natural que os generais medievais optassem por outras variantes estratégicas. A batalha apareceria, portanto, aos seus olhos, como um recurso a evitar, tanto mais que permaneciam disponíveis outras formas de guerra, assentes na devastação do território inimigo, na destruição dos recursos económicos e logísticos do adversário (celeiros, casas, moinhos, fornos, lagares, etc.), na captura de cidades, na sabotagem de circuitos de abastecimento e, claro, no enfraquecimento dos recursos humanos inimigos (através, p.ex., da execução de ataques cirúrgicos provocando mortos e prisioneiros). A isto acrescia a possibilidade de desencadear acções destinadas a lançar a confusão e a minar a unidade e o moral no seio dos adversários, uma tática igualmente cara a Vegécio:

⁴² Vide M. Strickland, *War and Chivalry...*, p. 43.

⁴³ *Idem, ibidem*.

⁴⁴ Vide J. Gillingham, *Richard I...*, pp. 198-199. Pelo seu lado, Stephen Morillo (em “Battle Seeking: The Context and Limits of Vegetian Strategy”, *Journal of Medieval Military History*, vol. I, 2002, pp. 23-24), afirma que a estratégia de Vegécio assume a importância nuclear das fortificações na defesa de um território: “guerra logística; papel central das fortificações; consequente escassez de batalhas: eis a estratégia vegeciana numa casca de noz” (p. 24). Neste sentido, e como acrescenta o mesmo autor (p. 41), a França capetíngia (com um encastelamento precoce e uma estrutura de reino ‘cosido’ através da conquista “estrangeira”) foi muito mais vegeciana do que a Inglaterra (desde muito cedo um reino unificado, com uma centralização precoce e onde a construção de fortalezas só ganhou expressão após a conquista normanda de 1066).

⁴⁵ Vide Stephen Morillo, *Warfare under the Anglo-Norman Kings...*, p. 149.

“É próprio de um general sábio semear motivos de discórdia entre os inimigos. Na verdade, nenhuma nação, por pequena que seja, pode ser completamente aniquilada pelos adversários, a não ser que se destrua a si própria por rivalidades intestinas” (Livro III, cap. X).

Batalha campal, só em último recurso, quando não era de todo possível evitá-la (tal como sucedeu, p.ex., ao califa al-Nasir em Las Navas de Tolosa, no ano de 1212⁴⁶), ou quando a superioridade de uma das partes se afigurava de tal modo esmagadora que pareceria quase uma blasfémia não aproveitar a oportunidade para fazer recair sobre o adversário o ónus do juízo divino.

II. O compromisso entre a orientação de uma historiografia militar medieval profundamente renovada e a interiorização de um pressuposto estratégico de raiz vegeciana assente num princípio básico que recomendava a aniquilação do inimigo pela fome, mais do que pelo ferro, parecia perfeito. Até que se abateu sobre esta construção um conjunto de objecções muito interessante, reforçado pela circunstância de partirem de um dos maiores especialistas mundiais da arte da guerra medieval (Clifford Rogers, investigador da Academia Militar americana de West Point) e de virem formuladas com todas as letras no artigo de abertura do primeiro número (2002) do *Journal of Medieval Military History*, o projecto editorial mais exigente e mais fecundo da moderna historiografia militar medieval⁴⁷. Em síntese, Rogers – cujos estudos sobre as campanhas inglesas na Escócia e em França durante o reinado de Eduardo III (1327-1377)⁴⁸ o haviam já levado a tornar-se bastante céptico quanto à indisponibilidade dos generais medievais para travarem uma batalha campal – refuta a ideia de que o combate em campo aberto seria uma opção secundária, ou mesmo uma solução de último recurso no *kit* das alternativas tácticas de que dispunham os comandantes militares medievais. E pergunta: pode uma batalha ser desastrosa, ou inútil, para ambas as partes? Se um dos adversários assume (ou é obrigado a assumir) o risco de uma batalha e perde, sofrendo com isso graves prejuízos (políticos, militares, financeiros, territoriais ou outros), então o outro adversário não lucra obrigatoriamente com isso? Para Rogers, “a batalha *não pode ser*, regra geral, simultaneamente inútil para o lado vencedor e desastrosa para a parte derrotada”⁴⁹; nos próprios termos propostos por Vegécio, que como vimos nos recomenda que façamos tudo aquilo que o nosso inimigo gostaria que nós não fizéssemos, “se constitui vantagem para uma das partes que a batalha *não* tenha lugar, deve ser ge-

⁴⁶ Vide F. García Fitz, *Las Navas de Tolosa...*, p. 99.

⁴⁷ Vide C. Rogers, *The Vegetian 'Science of Warfare'...*

⁴⁸ Vide, em especial, Clifford Rogers, *War Cruel and Sharp. English Strategy under Edward III, 1327-1360*. 1.ª edição, Woodbridge. The Boydell Press, 2000.

⁴⁹ Vide C. Rogers, *The Vegetian 'Science of Warfare'...*, p. 9.

ralmente do interesse da outra parte que a batalha *tenha* lugar. Se um comandante deseja *evitar* a batalha, é de esperar que o seu inimigo *tente alcançá-la*, salvo em circunstâncias especiais”⁵⁰. Rogers lembra também que, paralelamente às recomendações de prudência em que Vegécio é fértil, o próprio tratadista romano reconhece que “uma vitória completa assenta no resultado de uma batalha campal” (*vide supra*) e aconselha o general a não desperdiçar uma boa oportunidade para travar batalha em campo aberto e a não adiar o início de um combate vantajoso, sobretudo havendo interesse em acelerar o termo do conflito⁵¹. Na sua contestação ao “paradigma Gillingham”, Clifford Rogers afirma também que, contrariamente ao que se tem pensado, o estudo detalhado dos movimentos de Eduardo III e do Príncipe Negro em França mostra que eles são coerentes com as mensagens que os dois líderes transmitiam nas suas cartas, onde era recorrentemente mencionado que a sua estratégia em qualquer campanha em que interviessem visava “pôr um fim à guerra através de uma batalha”⁵². E, de facto, a revisão da batalha de Crécy recentemente ensaiada por um grupo de investigadores coordenado por Andrew Ayton e Michael Preston permitiu perceber que Eduardo III pode afinal ter seguido um plano deliberado, buscando o combate com o inimigo num terreno vantajoso para os Ingleses⁵³.

Rogers argumenta também que muitos casos paradigmáticos de exércitos que derrotaram forças invasoras sem correr grandes riscos, através de uma estratégia de perseguição na sombra, de reforço de guarnições, de esvaziamento do território, de corte de linhas de comunicação e de emboscadas (veja-se, p.ex., o fracasso da invasão anglo-portuguesa de Leão e Castela, em 1387) foram protagonizados por exércitos que actuavam na defensiva e que foram bem sucedidos precisamente porque evitaram a batalha campal, furtando ao seu adversário a possibilidade de obtenção do benefício de uma vitória decisiva⁵⁴! Para além disso, a aplicação de uma ‘defesa vegeciana’ era mais fácil de conseguir (devido à muito maior escassez de recursos alimentares) no Inverno do que no Verão (que todavia foi sempre a ‘estação da guerra’), pressupunha uma rede de fortificações razoável (algo que não existia, p.ex., na Inglaterra de 1066) ou de um terreno difícil (como na Escócia e em certas zonas da Península Ibérica) e dependia perigosamente da lealdade e da motivação das guarnições para continuar a resistir⁵⁵.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 8.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 7 (e nt. 22).

⁵² *Idem, ibidem*, p. 8.

⁵³ *Vide* Andrew Ayton, “The Crécy Campaign”; in Andrew Ayton & Philip Preston, *The Battle of Crécy, 1346*. Woodbridge. The Boydell Press, 2005, p. 37.

⁵⁴ *Vide* C. Rogers, *The Vegetian ‘Science of Warfare’...*, p. 9.

⁵⁵ *Idem, ibidem*, pp. 9-11.

Em conclusão, para Rogers tem-se exagerado bastante ao afirmar, como fez Philippe Contamine, que a estratégia medieval parece ter sido dominada pelo “medo da batalha campal”⁵⁶. Para Rogers, “devemos classificar a batalha no mesmo plano do cerco e da devastação, como uma das ferramentas principais dos estrategos da Idade Média”⁵⁷. Até porque diversos exemplos históricos mostram que só através da batalha campal era muitas vezes possível obter resultados estratégicos de grande amplitude. Poderiam os Estados Latinos no Próximo Oriente ter sido criados em 1097-1099 sem as vitórias averbadas nas batalhas de Niceia (em 1097), de Dorileia (no mesmo ano), de Antioquia (em 1098) ou de Áscalon (em 1099)? Várias derrotas averbadas em batalha por exércitos que respondiam a invasões do seu território não abriram aos seus adversários o caminho para alcançar objectivos políticos que de outro modo teriam sido inatingíveis? Pense-se, p.ex., em Dupplin Moor (1332), em Poitiers (1356) ou em Agincourt (1415), batalhas de que resultou, respectivamente, a coroação de Edward Balliol em Scone, a ocupação de um terço da França pelos Ingleses (Tratado de Brétigny-Calais, de 1360) e a conquista da Normandia por Henrique V, seguida pelo leonino Tratado de Troyes (1420). Ao invés, uma vitória expressiva de um exército defensor em batalha campal podia travar uma invasão e adquirir uma importância política e militar muito especial. Que o digam Harold Godwineson (que derrotou Harald Hardrada, rei da Noruega, em Stamford Bridge, em 1066), ou o rei Stephen de Inglaterra (que travou a invasão escocesa em Standard, em 1138), ou o imperador Rudolfo I de Habsburgo (que em 1278, em Marchfeld, parou a invasão da Áustria pelo rei da Boémia, Ottokar II, que aliás morreu durante a fuga), ou Robert Bruce (que assegurou a vitória escocesa sobre os Ingleses de Eduardo II, em Bannockburn, em 1314), ou os confederados suíços (que venceram Leopoldo da Áustria no desfiladeiro de Morgarten, em 1315), ou, claro está, D. João I de Portugal (que travou as ambições castelhanas em Aljubarrota, em 1385)⁵⁸. Bem falava Lisoius de Ambroise, senescal de Godofredo Martel (o filho de Foulque Nerra, conde de Anjou), quando, discutindo com o seu líder imediatamente antes da vitória angevina de Tours sobre Teobaldo de Blois (1044), lhe lembra: “as batalhas não duram muito [...] mas os vencedores conseguem o máximo de ganhos [...] as batalhas submetem a ti pessoas e cidades, e aqueles que são derrotados em batalha desaparecem como fumo diante dos seus inimigos”⁵⁹. Deste modo, remata Rogers, “fica claro que a batalha podia ser, na Idade Média, tão decisiva quanto em outros períodos, o

⁵⁶ Vide Philippe Contamine, *La Guerre au Moyen Âge*, 2.^a ed., Paris, P.U.F., 1986, p. 365.

⁵⁷ Vide C. Rogers, *The Vegetian 'Science of Warfare'*..., p. 19.

⁵⁸ *Idem, ibidem*, pp. 11-12.

⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 12; e B. Bachrach, art. cit., p. 244 (a conversa é retirada da *Gesta Consulum*, uma crónica dos condes de Anjou, composta cerca de um século depois dos acontecimentos que relata).

que liquida a ideia de que as batalhas medievais eram raras porque não eram vantajosas para os respectivos vencedores”⁶⁰.

A ofensiva de Rogers sobre a ‘nova ortodoxia’ vegeciana e o ‘paradigma Gillingham’ suscitou naturais respostas por parte dos investigadores mais vi-sados, logo no número inaugural do *Journal* (foi o caso de Stephen Morillo⁶¹) ou no número seguinte (no que a John Gillingham diz respeito⁶²). Não vamos aqui esmiuçar a troca de argumentos. O importante é salientar que o debate valeu a pena (vale, aliás, sempre a pena) e permitiu evoluir para aquilo a que o próprio Morillo chamou “o paradigma de Vegécio modificado”, o qual pas-sou a “reconhecer uma importância corrente à batalha campal”⁶³. Uma tal evolução, afirma Morillo, permite agora descrever “muito da arte da guerra da Idade Média, assim como muita da guerra praticada fora da Europa ao longo do mundo pré-moderno”⁶⁴. Claro que continuará sempre a ser preciso que nos entendamos sobre o conceito preciso de “batalha campal” (algo que não é tão simples quanto parece à primeira vista), que (como sublinha Gillingham⁶⁵) saibamos distinguir entre a ‘planificação estratégica’ das operações e as ‘oportunidades tácticas’ que podem surgir pontualmente no decurso de uma campanha (conduzindo de forma algo fortuita a uma batalha campal), que notemos a *nuance* que pode separar uma atitude de ‘busca deliberada da batalha’ e outra de mera ‘ameaça de batalha’ enquanto expressão de um jogo psicológico (*mind game*, diríamos hoje), e que desenvolvamos estudos que permitam conhecer em pormenor muito mais carreiras militares individuais. Mas devemos, desde já, estar disponíveis para aceitar a batalha campal não como um corpo estranho no exercício da guerra medieval, mas antes como *um entre outros* recursos de que dispunham os respectivos generais, e como um recurso de extraordinário valor (e, por isso, utilizado de forma excepcio-nal e muito seleccionada). É preciso perceber que a sua maior raridade (quan-do comparada com a frequência das incursões predatórias ou das operações

⁶⁰ Vide C. Rogers, *The Vegetian ‘Science of Warfare’*..., p. 12.

⁶¹ Vide Stephen Morillo, *Battle Seeking*..., pp. 21-41.

⁶² Vide J. Gillingham, *Up with Orthodoxy!*..., pp. 149-158.

⁶³ Vide Morillo, art. cit., p. 28.

⁶⁴ *Idem, ibidem*. De facto, a ‘estratégia vegeciana’ também se aplica ao mundo clássico (por isso se fala por vezes, como alternativa, em ‘estratégia fabiana’, lembrando a forma de guerra praticada por Fábio Máximo contra Aníbal Barca, durante a Segunda Guerra Púnica), ou ao mundo bizantino (nomeadamente à estratégia defensiva levan-da a cabo por Bizâncio entre os sécs. VI e X: vide Morillo, art. cit. p. 24). E não será novidade para ninguém se invocarmos aqui paralelos sugestivos entre alguns dos preceitos de Vegécio e certas máximas da *Arte da Guerra* de Sun Tzu, escrita na China no séc. V ou VI a.C. (p.ex., quando este diz que “o comandante hábil subjuga as tropas do inimigo sem combate; conquista as suas cidades sem as cercar; derruba o seu reino sem se envolver em campanhas prolongadas”): vide Sun Tzu, *A Arte da Guerra*. Trad. port., 1.ª ed., Lisboa. Sílabo, 2006, Capítulo III, n.º 6, p. 79. Neste sentido, é claro que se pode dizer que não era preciso ter lido Vegécio para assumir certos pontos de vista e preconizar determinados comportamentos estratégicos; muitos dos preceitos do *Epitoma* são intemporais e decorrem do simples senso comum, sobretudo nas sedentárias sociedades pré-modernas, onde a interacção com a natureza (geografia, produtividade agrícola, sazonalidade, etc.) é mais intensa e as condicionan-tes de tipo tecnológico muito mais limitadas.

⁶⁵ Vide J. Gillingham, *Up with Orthodoxy!*..., pp. 150-151.

de cerco) não resulta apenas do risco acrescido que um combate aberto sempre envolve⁶⁶, mas do próprio facto de que uma batalha, para acontecer, exige que duas partes a queiram ou, pelo menos, que a aceitem...

E o que é que pode levar um exército estrategicamente colocado na defensiva a tomar a iniciativa de arriscar uma batalha campal? Neste ponto, Rogers argumenta, e com razão, que “muitas das grandes batalhas da Idade Média foram travadas, do ponto de vista estratégico da parte de quem defendia, por governantes que tinham recentemente reivindicado, recuperado ou usurpado os respectivos tronos”⁶⁷. Por exemplo, o imperador bizantino Aleixo Comneno em Dyrrachium (em 1081); ou Guy de Lusignan, rei de Jerusalém, em Hattin (em 1187, contra Saladino); ou Robert Bruce da Escócia em Methven (em 1306) e em Loudon Hill (em 1307); ou Henrique de Trastâmara em Nájera (em 1367); ou, claro está, D. João I em Aljubarrota (em 1385). À partida, nenhum destes monarcas teria o capital político necessário para montar uma estratégia defensiva vegeciana. Uma dinâmica do mesmo tipo podia ocorrer quando uma regência dividida governava em nome de um rei ainda menor (casos das batalhas de Dupplin Moor-1332 ou Halidon Hill-1333), ou quando havia um rei ausente (como em Falkirk-1298) ou um rei ensandecido (como Carlos VI de França em Agincourt-1415) e a facção que dominava essa regência não se podia dar ao luxo de evidenciar sinais de fraqueza⁶⁸.

Ao mesmo tempo, o brio e a honra dos líderes políticos podiam também influenciar a decisão de oferecer ou de aceitar batalha. Tanto para quem tomava a iniciativa do ataque como para quem defendia. Não apenas porque a honra e o prestígio eram valores com um significado profundo e estruturante nas sociedades medievais, mas também porque esses valores podiam interferir directamente com a relação de fidelidade e de lealdade existente entre governantes e governados, pondo em causa o equilíbrio de forças no decurso de uma campanha militar. Como lembra Rogers, a estratégia anti-batalha utilizada por Filipe VI de França contra Eduardo III de Inglaterra no início da Guerra dos Cem Anos minou fortemente a popularidade do primeiro rei Valois junto da nobreza guerreira de França⁶⁹. Não se trata aqui de recuperar a velha e distorcida ideia de que os líderes medievais obedeciam a impulsos do coração e eram incapazes de raciocinar em termos estratégicos de longo alcance.

⁶⁶ Vide John Keegan, *O Rosto da batalha...*, p. 54. Já Ardant du Picq, oficial francês de meados do séc. XIX, mostrara, a partir da sua própria experiência de comando, que nenhuma disciplina militar consegue sublimar o medo do homem colocado numa situação limite: *i.e.*, “o campo de batalha é um campo de terror” e os soldados pensam mais em salvar-se do que em liquidar o adversário (*idem, ibidem*, pp. 52-54). Também John Gillingham sublinhou como o medo podia condicionar a decisão do general em arriscar um combate em campo aberto, já que “era sempre claro que a maneira mais segura de ganhar uma batalha consistia em matar ou capturar o comandante adversário” (*vide* J. Gillingham, *William the Bastard...*, p. 148; e *Up with Orthodoxy!*..., p. 154).

⁶⁷ Vide C. Rogers, *The Vegetian 'Science of Warfare'...*, p. 18.

⁶⁸ *Idem, ibidem*.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 16.

Trata-se antes de perceber que a honra e a reputação (e até, como defende Morillo⁷⁰, os imperativos religiosos, as superstições) eram aspectos extremamente importantes na condução da diplomacia e das políticas domésticas, que condicionavam a imagem e a popularidade dos chefes políticos e militares e que, por isso, interferiam com as relações de solidariedade pessoal, familiar, vassálica, ajudando a organizar os campos e os partidos. Da mesma forma que o sentimento ou a obrigação de defesa da honra podiam impelir um exército a dar batalha, também um comportamento estrategicamente desonroso podia desacreditar uma liderança e gerar infidelidades e mudanças de obediência em momentos cruciais de uma campanha. E embora, como notou Gillingham⁷¹, uma defesa ‘à Vegécio’ também proporcionasse muitas oportunidades para atitudes de coragem e pudesse envolver uma grande quantidade de combates, a batalha sempre configurava um cenário com outra majestade para esse tipo de exhibições. Daqui resultavam, por vezes, no espírito dos chefes que tinham de decidir entre promover ou evitar a batalha, tensões entre o sistema cultural e as circunstâncias operacionais difíceis de superar, como parece ter sucedido com Filipe Augusto em Bouvines, no ano de 1214⁷².

Também factores de natureza mais prosaica podiam decidir uma facção hesitante e à partida mais fraca a arriscar uma batalha campal. Nomeadamente o perigo de depredação profunda do seu território. Como dizia Vegécio, “o general deve decidir [...] se é preferível prolongar o estado de guerra ou resolvê-lo o mais rapidamente possível” (*vide supra*). Em caso de invasão, ou de guerra civil, o risco de destruição do território e dos recursos produtivos podia ser de tal forma elevado que fizesse sentido optar por uma decisão rápida. Mas quem atacava podia igualmente ver-se numa situação em que a manutenção do seu exército (soldos, abastecimento, disciplina, etc.) era de tal maneira difícil ao cabo de algumas semanas de campanha que a perspectiva de uma solução militar drástica podia, a determinado momento, apresentar-se com uma luminosidade imprevista⁷³.

Devemos ainda acrescentar dois comentários, antes de passar ao caso específico de Aljubarrota-1385. Em primeiro lugar, nenhum dos cenários comportamentais atrás invocados contradiz necessariamente o exercício de uma estratégia de tipo ‘vegeciano’, visto que esta – tal como salientam Stephen Morillo⁷⁴ e John Gillingham⁷⁵ – é em si mesma, não só uma estratégia bastante activa (implicando planificação cuidadosa, observação atenta do adversário, repetição de ataques, etc.), como uma estratégia não refractária da

⁷⁰ Vide Morillo, *Battle Seeking...*, p. 41.

⁷¹ Vide Gillingham, *Up with Orthodoxy!...*, pp. 152-153.

⁷² Vide Morillo, *Battle Seeking...*, pp. 35-36.

⁷³ Vide C. Rogers, *The Vegetian ‘Science of Warfare’...*, p. 18.

⁷⁴ Vide Morillo, *Battle Seeking...*, p. 26.

⁷⁵ Vide Gillingham, *Up with Orthodoxy!...*, p. 152.

batalha campal, p.ex. em circunstâncias de grande superioridade tática. Em segundo lugar, a averiguação dessa possível superioridade tática depende muitas vezes da relação das forças envolvidas com o terreno de batalha. Como escreveu Rogers, se os combates em campo aberto foram raros na Idade Média, “era geralmente porque uma das partes queria travar a batalha num terreno favorável, mas a outra não, e estava em condições de o evitar”⁷⁶. Em Halidon Hill, por exemplo, no ano de 1333, Eduardo III de Inglaterra conseguiu ocupar uma posição “onde um só homem podia derrotar” três Escoceses, por causa do íngreme acesso final à posição inglesa⁷⁷. Muito se jogava, portanto, na escolha antecipada do terreno de combate, na capacidade para forçar o adversário a lutar nesse ambiente e na observação prévia e cuidadosa das condições propostas pela outra parte. Como sintetiza Clifford Rogers, “era habitual na guerra medieval o lado que mais ardentemente desejava a batalha ver facultada esta possibilidade pelo seu opositor, mas apenas em circunstâncias táticas profundamente desfavoráveis”; portanto, contrariamente à visão ‘ortodoxa’ do problema, “era muito comum na guerra medieval ambos os lados desejarem *oferecer* batalha [...] apesar de nenhuma das partes pretender *atacar* o inimigo no terreno escolhido pelos defensores. E se ambos os lados desejavam travar batalha em terreno por si escolhido, mas nenhum se dispunha a combater no terreno escolhido pelo inimigo, então o mais provável era não haver lugar a batalha nenhuma, o que em grande medida ajuda a explicar a frequência de campanhas militares sem batalha campal nos finais da I. Média”⁷⁸.

Chegados aqui, cremos ter todos os dados necessários para apreciar o ocorrido em S. Jorge a 14 de Agosto de 1385.

III. Por que motivo houve uma batalha campal em Aljubarrota? O que levou dois exércitos régios a dirimir num curtíssimo espaço de tempo uma velha querela, num combate em campo aberto que ambos sabiam que seria decisivo? Por que razão não optaram os dois monarcas por uma estratégia de tipo vegeciano (no sentido clássico do termo), que aliás foi sugerida a ambos por muitos dos respectivos conselheiros? Em que medida é que o “paradigma Gillingham modificado” se pode aplicar ao caso concreto de S. Jorge?

Comecemos por observar, rapidamente, a situação dos dois partidos em inícios de Agosto de 1385. Do lado de D. João I de Portugal, temos uma posição político-militar muito frágil, decorrente de uma entronização recentíssima e fracturante (cortes de Coimbra, em Abril de 1385) e da existência de um reino profundamente dividido, em que uma grande quantidade de fortalezas,

⁷⁶ Vide C. Rogers, *The Vegetian ‘Science of Warfare’...*, p. 13.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 14.

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 15.

mormente nas proximidades de Lisboa (p.ex., a poderosa Santarém, essencial no apoio ao cerco de Lisboa de 1384) e no Alto Alentejo, mantinham obediência ao seu adversário. Este panorama era agravado por uma clara inferioridade de recursos militares e financeiros, que tornava evidente a dependência da causa política do ex-Mestre de Avis em relação ao apoio da Inglaterra. Acrescia a tudo isto a convicção de que um ataque castelhano sobre a capital dificilmente poderia ser suportado, pois Lisboa (considerada a chave-militar e política do reino) não teria condições para resistir a um novo e prolongado assédio inimigo, comparável àquele de que fora vítima entre Maio e Setembro de 1384.

No outro prato da balança, ou seja a seu favor, o rei português tinha a circunstância de a invasão de Portugal pelo seu homólogo castelhano constituir uma violação grosseira dos acordos estabelecidos em 1383, que previam o exercício da regência por Leonor Teles (obrigada pelo genro a abdicar, em Janeiro de 1384). Como mostrou Luís Suárez Fernández, D. Juan I excedeu-se nas suas pretensões, convertendo a estratégia de seu pai, Enrique II, de estabelecimento de alianças matrimoniais com todas as casas reinantes da Península Ibérica, num desejo de absorção dinástica de Portugal por Castela; ao fazê-lo, actuou de forma estudada, tendo assinado acordos que depois não quis cumprir e buscando a conquista do trono lusitano sem respeitar os tratados estabelecidos pouco antes da morte de D. Fernando. Isto apesar das advertências que – segundo o cronista López de Ayala – sobre isto mesmo lhe foram feitas por uma parte dos seus conselheiros, em Puebla de Montalbán⁷⁹. O comportamento do seu rival permitira ao Mestre de Avis consolidar politicamente um partido pequeno mas unido, com um núcleo duro combativo e ambicioso, composto por gente que não tinha quase nada a perder em termos sociais e patrimoniais. Além disso, ‘jogavam em casa’, conheciam bem o terreno e estavam encorajados pelas vitórias militares já alcançadas sobre os Castelhanos nas batalhas de Atoleiros (6 de Abril de 1384) e de Trancoso (29 de Maio de 1385), as quais, quanto mais não seja, tinham demonstrado que os seus adversários não eram de todo invencíveis. Finalmente, D. João I de Portugal, na sequência de uma pressão diplomática insistente iniciada logo em Fevereiro de 1384 e que se mantinha viva à altura da batalha, contava com importantes apoios vindos de Inglaterra, um reino com pretensões a inverter a situação política em Castela, apoiante da França na Guerra dos Cem Anos. Do ponto de vista militar, esse apoio traduzira-se já na chegada, na Páscoa de 1385, a Lisboa, Porto e Setúbal, de quatro barcos ingleses carregados de mer-

⁷⁹ Vide Luis Suárez Fernández, *Historia de España Antigua y Medieval*, 1.ª ed., Madrid, Rialp, 1976, vol. II (esp. p. 386); *Idem*, *Historia del reinado de Juan I de Castilla*, 2 vols., Madrid, 1977-1982; *Idem*, *Juan I de Trastámara, 1379-1390*, Palencia, 1994; Julio Valdeón Baroque, *Enrique II, 1369-1379*, Palencia, 1996; e Pero López de Ayala, “Crónica del rey don Juan”, Año Quinto, cap. IX, pp. 551-552 (in José-Luis Martín, ed., *Pero Lopez de Ayala, Crónicas*, 1.ª ed., Barcelona. Planeta, 1991).

cenários (ao todo uns 640 soldados, entre arqueiros e homens de pé, como demonstrou Peter Russell) a que se juntaria mais tarde um contingente anglo-gascão, provavelmente mais diminuto mas recheado de veteranos dos duros combates anglo-franceses⁸⁰.

E do lado de D. Juan I de Castela? A favor do líder do maior reino peninsular temos um potencial muito superior em termos de mobilização de recursos humanos e financeiros, a circunstância de o monarca ser casado com a única filha do falecido rei português (o que lhe garantia um vastíssimo conjunto de apoios no seio da nobreza de Portugal, com expressão em imensas alcaidarias importantes) e um razoável conhecimento do território português (Juan I passara grande parte do ano anterior em operações militares em Portugal). Além disso, desde Abril de 1385 que a frota castelhana bloqueava de novo Lisboa por mar, fazendo prever um novo assédio em força sobre a já muito debilitada capital portuguesa. Mas o Trastâmara contava ainda com o apoio de Carlos VI de França, o qual, desejoso de preservar a aliança entre a monarquia da flor-de-lis e Castela (consolidada desde a década de 1360, no contexto da Guerra dos Cem Anos), terá correspondido ao pedido de Juan I cedendo-lhe um número que podemos estimar entre 800 e 1.200 cavaleiros, bem equipados e com suficiente experiência de guerra.

Contra as pretensões do rei trastâmara devemos salientar sobretudo os seguintes pontos: o défice de experiência militar dos homens de armas castelhanos, que sofreram na peste que fez abortar o cerco de Lisboa (no Verão de 1384) e na batalha de Trancoso (escassos dois meses e meio antes de Aljubarrota) uma sangria que López de Ayala cifra em mais de dois mil homens de armas⁸¹; a oposição de um adversário aguerrido, unido e combativo, que já mostrara bem o que valia aquando das batalhas de Atoleiros e Trancoso e na própria resistência ao assédio lisboeta; e a extrema debilidade física do monarca, acometido por febres sazonais que obrigavam ao seu transporte em liteira, avolumando as dificuldades de comando de um exército volumoso mas heterogéneo (e onde, segundo a narrativa de Froissart, existiria uma certa rivalidade entre as tropas castelhanas e as suas aliadas francesas⁸²).

⁸⁰ Vide Peter Russell, "Os Ingleses em Aljubarrota: um problema resolvido através de documentos do Public Record Office, Londres", *Revista Portuguesa de História*, vol. X, pp. 419-433. O próprio rei de Castela, na carta que dirigiu à cidade de Múrcia 15 dias após a batalha, confirma a presença de "extrangeros, asi Ingleses, como Gascones" na hoste portuguesa: vide Don Cayetano Rossell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, Tomo Segundo*, Madrid. Atlas (Biblioteca de Autores Españoles, vol. LXVIII), "Adiciones à las Notas de la Crónica del rey Don Juan I", n.º XIV, pp. 151-152 (carta datada de 29 de Agosto de 1385).

⁸¹ Pero López de Ayala, *Crónica del rey don Juan...*, Año Séptimo, cap. XI, p. 591.

⁸² Vide Froissart, *Chroniques*. Publié pour la Société de l'Histoire de France (Série antérieure à 1789), par Léon Mirot. Tome Douzième, 1356-1388, Paris. Librairie Ancienne Honoré Champion, 1931. Froissart compôs dois relatos da batalha de Aljubarrota: um na sequência de uma longa entrevista feita ao cavaleiro gascão Espan du Lion, em finais de 1388, na corte do conde de Foix, Gaston Fébus, em Orthez; e outro após uma conversa com o cavaleiro beirão João Fernandes Pacheco em Midelburgo (Zelândia, actual Holanda), em meados-finais de 1389. Deve-se a Peter Ainsworth e a Alberto Varvaro uma edição moderna das crónicas de Froissart: para a parte relativa aos acontecimentos portugueses, vide Jean Froissart, *Chroniques, Livres III et IV*, 1.ª ed., Paris. Librairie Générale Française, Le Livre de Poche (Col. Lettres Gothiques), 2004.

Estes são os principais dados objectivos que cada general tinha em seu poder em inícios de Agosto de 1385. Vejamos agora que estratégias foram concebidas com base neles. Para esta reconstituição, podemos combinar dois métodos: i) a análise dos itinerários de ambos os exércitos; ii) a evocação dos depoimentos dos três principais cronistas da batalha: Pero López de Ayala (testemunha ocular da campanha, na sua qualidade de chanceler do rei de Castela); Jean Froissart (contemporâneo da batalha e que entrevistou combatentes de ambas as partes); e Fernão Lopes (que vive uma geração mais tarde mas que ainda conheceu muitos dos intervenientes no combate e terá visitado o próprio campo de batalha).

Os itinerários dos dois exércitos rivais deixam pouca margem para dúvidas. Após a derrota sofrida pelos seus capitães em Trancoso, D. Juan I, que em Junho ainda cercava Elvas, muda de planos e avança para Ciudad Rodrigo, onde concentra um grande número de tropas e reúne o seu conselho de guerra. Na 2.^a semana de Julho de 1385, decide entrar em Portugal por Almeida, usando a habitual “estrada da Beira” como seu itinerário: Pinhel, Trancoso (onde exorciza a memória do 29 de Maio, destruindo a Ermida de S. Jorge), Celorico da Beira (onde aguarda pela chegada de mais tropas e redige testamento, a 21 de Julho), Mangualde, Mortágua, Mealhada, Coimbra e, finalmente, Leiria (que alcança no dia 12 de Agosto, depois de fazer caminho por Vila Nova de Anços e Pombal, evitando, aparentemente, o trajecto por Penela, Alvaiázere e Tomar de modo a furtar-se ao choque directo com o seu adversário). A 14 de Agosto, a coluna castelhana escolherá a estrada romana que passa pela Canoeira e Santo Antão, afastando-se depois dela para pisar o planalto de S. Jorge e, a partir daí, tomar a estrada que conduz a Alcobaça, ou então derivar (uns 700 m a sudoeste da actual Capela de S. Jorge) para Porto de Mós, de modo a alcançar Santarém pelo percurso mais curto⁸³. Perante a progressão do seu inimigo, D. João I de Portugal, que capturara Guimarães e Ponte de Lima em Maio de 1385 e descera depois ao Alentejo para acompanhar a evolução do cerco de Elvas, cruza o Tejo no sentido sul-norte e, nos últimos dias de Julho, instala quartel-general em Abrantes, onde reúne o seu conselho de guerra. A seguir, avançará para Tomar (onde chega a 8 de Agosto) e daí para Ourém (11 de Agosto) e para Porto de Mós (12 de Agosto). A 14 de Agosto, logo pela manhã, o exército anglo-português percorrerá a curta distância (8 a 10 kms) que separa Porto de Mós de S. Jorge e ocupará a posição escolhida na véspera, aguardando aí a chegada da coluna castelhana.

⁸³ Os itinerários dos dois exércitos litigantes encontram-se especialmente bem reconstituídos nas obras de Augusto Botelho da Costa Veiga, “De Estremoz a Aljubarrota. Quinze dias de operações militares de Nun’Álvares (31 de Julho a 15 de Agosto de 1385)”, separata de *O Instituto*, vols. 80, 81 e 82, 1.^a ed., Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930-1931; e de Frederico Alcide de Oliveira, *Aljubarrota Dissecada*, 2.^a ed., revista e ampliada, Lisboa. Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1988.

Torna-se, assim, evidente a atitude ofensiva da coluna de D. João I e Nun'Álvares, que vai em busca do adversário, tentando barrar-lhe o passo no planalto de S. Jorge e obrigá-lo a travar batalha.

Sintetizemos agora as principais informações dos cronistas acerca do sucedido nos conselhos de guerra português e castelhano em que foram definidas as estratégias a adoptar nesta campanha. No que toca a Castela, o chanceler López de Ayala⁸⁴ conta que, em Ciudad Rodrigo, os conselheiros de D. Juan I se dividiram quando interrogados pelo monarca sobre se deveria entrar em Portugal “por su cuerpo” ou instalar fronteiras nas comarcas raianas. Alguns defenderam que o monarca deveria invadir Portugal com tudo e com todos, pois não só o “Mestre de Avis” não se iria atrever a dar-lhe combate (já que estava muito carente de homens de armas) como também Lisboa estava “tan afincada” pelos castelos que tinha em volta e que a guerreavam e pela frota de naus e galés que a bloqueava por mar que depressa se entregaria ao rei trastâmara. Outros conselheiros, porém, mostraram-se contrários a uma entrada imediata em Portugal, esgrimindo os seguintes argumentos:

- i) o rei estava muito doente;
- ii) o rei perdera os seus homens de armas mais experientes no ano anterior, em Lisboa e em Trancoso, e os capitães que lhe restavam eram homens mancebos e pouco sabedores de guerra;
- iii) o Mestre de Avis estava disposto a “aventurar todo su fecho por batalla, ca non avía outro remedio”, e isso mesmo lhe recomendavam os 2000 homens de armas que com ele estavam e os arqueiros ingleses que os acompanhavam, pois “non avían outro cobro, salvo ponerlo todo un día en el campo”;
- iv) os cavaleiros e as outras gentes de Castela que guardavam as praças de Santarém, Torres Vedras, Torres Novas, Óbidos, Alenquer, Sintra e outros lugares estavam a desertar por falta de pagamento do soldo que lhes era devido;
- v) melhor era que no resto do ano de 1385 o rei “pusiese este fecho a guerra guerreada”, enviando 1000 homens de armas para a “partida” de Badajoz, outros 500 para a Galiza, mais 500 para a comarca de Alcântara (até Ciudad Rodrigo) e que a partir da frota de galés que estava em Lisboa e de muitas naus da Biscaia e de Castela (que haviam chegado com pão e outros mantimentos) mandasse abastecer Santarém e todas as outras vilas e fortalezas com “viandas que tenía en las dichas naos en cuenta del sueldo que les debía”; com isto, todos ficariam muito alegres e abastecidos para fazer guerra a Lisboa, cidade onde já escasseava a comida; entretanto, D. Juan I deveria manter-se em Castela e reunir dinheiro para pagar a todos os seus apoiantes nas vilas e castelos de Portugal e aos seus fronteiros;

⁸⁴ Vide Pero López de Ayala, *Crónica del rey don Juan...*, Año Séptimo, cap. XI, pp. 590-594.

- vi) deste modo, atacado em várias frentes, o Mestre de Avis não aguentaria a pressão e as incursões devastadoras, pelo que em pouco tempo D. Juan I poderia cobrar todo o Portugal;
- vii) caso o rei “alguna buena pleytesía pudiese aver de Portugal”, eles seriam de opinião “que la ficiese”.

Perante as opiniões contraditórias, o monarca castelhano decidiu que entraria em Portugal destruindo a terra da comarca da Beira até à região de Coimbra, posto o que regressaria ao seu reino; no entanto, explica López de Ayala “como quier que el rey así lo decía, su entención era llegar fasta Santarém”.

Mais adiante, tanto Ayala como Fernão Lopes dão conta do sucedido num outro conselho de guerra castelhano, reunido já na região de S. Jorge escasso tempo antes do início da batalha⁸⁵. Dizem ambos que o rei de Castela estava muito doente⁸⁶ e explicam que, depois de conferenciar com Nun’Álvares no arraial português, os emissários castelhanos (grupo em que se incluía o próprio Ayala) transmitiram a D. Juan I que, pelo que o Condestável português lhes dissera, “non fallamos que su señor nin él quieran outra cosa salvo batalla”. Vários conselheiros castelhanos sugeriram ao monarca que se mantivesse quieto e atento nesse dia, o que forçaria os adversários ou a abandonar a posição vantajosa em que se tinham instalado (a presença de dois vales laterais impediria a participação das alas castelhanas na zona nuclear da peleja) ou a debandar durante a noite, até porque só tinham comida para aquele dia. Para outros, havia que evitar em absoluto combater contra aquela gente, pois (nas palavras de Lopes) eram “huuns poucos de desesperados” que “nom reçam morte nem prezam vida”, o que era extremamente perigoso; além disso, a vitória contra um tal adversário não cobriria Juan I de qualquer honra especial, enquanto uma derrota às suas mãos faria dele “o mais desomrado rey que no mundo foy”; o melhor seria, portanto, seguir para Santarém e daí para Lisboa: perante isso, os inimigos espalhar-se-iam e acabariam por dispersar; e, tomada Lisboa, todo o reino de Portugal seria cobrado⁸⁷. Entre os prudentes conselheiros estava um camareiro do rei de França, Jean de Rye, um veterano da Guerra dos Cem Anos, que – segundo diz Ayala (e Lopes repete) – frisou bem ao rei que “la cosa del mundo porque ome

⁸⁵ *Idem, ibidem*, cap. XIV, pp. 598-602; e Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João da boa memória. Parte Segunda*, ed. preparada por William J. Entwistle, Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, caps. XXXV (pp. 75-78) e XXXVI (pp. 79-81).

⁸⁶ Na citada carta à cidade de Múrcia, o próprio Juan I explica que se sentia “com mucha flaqueza, que avia catorce dias que ibamos de camino en litera” (*vide* C. Rossell, *op. cit.*, p. 152).

⁸⁷ Sobre a importância estratégica de Lisboa, *vide* Miguel Gomes Martins, *A vitória do quarto cavaleiro. O cerco de Lisboa de 1384*, 1.ª ed., Lisboa., Prefácio, 2006, pp. 15-16.

mayor aventaja puede tomar de su enemigo es ponerse en buena ordenanza, así en guerra como en batalla”; isso mesmo fora visível nos combates de Crécy (1346) e de Poitiers (1356) e não havia por que repetir em Aljubarrota os erros dos Franceses, pelo que o adversário deveria ser forçado a vir “pelear fuera de la aventaja que han tomado”, ou a dispersar de noite por falta de mantimentos. Contra estes pareceres se insurgiu, entretanto, o português João Afonso Telo, conde de Barcelos. É interessante ver os argumentos que o irmão da regente deposta utilizou:

- i) não só seria honroso combater (já que não seria assim tão fácil arrancar o inimigo da posição em que se tinha instalado) como seria uma desonra não enfrentar um adversário que lhe oferecia batalha: “mas teel-los ante os olhos que uos aguardam com bailhos e com cantigas, e nom ousar de os hir tomar aas mãos [...], jsto me parece estranho escarnho e uergonha de dizer”;
- ii) se os adversários já estavam afoitos, muito mais ficariam quando percebessem que os Castelhanos tinham tido medo de os defrontar;
- iii) estava ainda para chegar uma ajuda militar inglesa, para além do reforço dos homens que viriam com os fidalgos da Beira (vencedores em Trancoso), pelo que mais valia pelejar enquanto os inimigos não contavam com esses auxílios suplementares;
- iv) de qualquer dos modos, Juan I não conseguiria evitar o combate, pois os adversários não os deixariam seguir, “mas hir-se-ham depos uos ladrando, ataa que tornes a elles e lhes des a batalha”.

Sobre o parecer do Telo, comenta Fernão Lopes (cujas palavras aqui evocámos) que era um bom conselho, mas a Fortuna “tijnha ja jsto hordenado doutra guysa”...

Pelo seu lado, Froissart, no relato composto a partir da entrevista feita em Orthez ao cavaleiro gascão Espan du Lion, conta que Juan I reuniu o seu conselho especialmente para ouvir a opinião dos Franceses que o acompanhavam⁸⁸. Estes aconselharam o rei a travar batalha de imediato, enquanto as gentes estavam com vontade de o fazer. No entanto, os Castelhanos acharam melhor esperar pelo dia seguinte: já era tarde, ainda não estavam devidamente ordenados, havia que conhecer melhor a disposição e os movimentos do adversário (através de espias e de batedores) e acompanhá-los caso eles se deslocassem durante a noite, pois até Lisboa não havia nenhum outro lugar onde eles se pudessem entrincheirar. Perante a hesitação de D. Juan I, falou o marechal francês Regnaut Lymosin, o qual fez um discurso em que humilha-

⁸⁸ Vide Froissart, *Chroniques...*, ed. Léon Mirot (Livro III, par. 38, pp. 151-154); e *Idem, ibidem*, ed. Peter Ainsworth (pp. 257-259).

va os cavaleiros castelhanos pela desonra do seu parecer, afirmando que, caso os Portugueses conseguissem retirar cautelosamente e eles os perdessem de vista sem combate, o povo matá-los-ia e o rei tirar-lhes-ia as terras e as cabeças. Segundo Froissart, o rei castelhano gostou desta intervenção e decidiu-se pelo combate, embora o marechal tivesse falado por galhardia (“vaillance le fist parler”), para agradar aos cavaleiros e escudeiros desejosos de provar as armas. No relato composto (na reconstituição de Mirot) a partir da entrevista de Middelburgo a João Fernandes Pacheco, os Castelhanos recomendam ao rei que concretize o ataque antes da chegada do iminente socorro inglês, alegando que depois de obtida a vitória todo o Portugal se entregará a Juan I; neste parecer se louvaram sobretudo os cavaleiros do Béarn, que queriam muito travar a sua primeira batalha campal⁸⁹.

Analise agora as informações de que dispomos acerca do conselho de guerra português, reunido em Abrantes a 5 ou 6 de Agosto. Ayala não se refere a este assunto, mas Fernão Lopes dedica-lhe várias páginas⁹⁰. Diz este cronista que a maioria dos conselheiros de D. João I era contrária à ideia de dar batalha, pelas seguintes razões:

- i) seria melhor descer ao Alentejo e atacar a comarca castelhana da Andaluzia: quando Juan I soubesse desta ofensiva, abandonaria o caminho de Lisboa para ir socorrer a sua terra, posto o que o rei português regressaria a Portugal por outro lado, assim evitando a batalha, “que era cousa muy duuidosa e de gram perigo” (para mais vindo Juan I muito orgulhoso e com grande poderio);
- ii) deste modo, “espaçar-se-hia o tempo” e poderia ser que chegasse o bom auxílio inglês pelo qual se esperava todos os dias; ou então “vinriam a algumas auemças, de que se depois podia seguir paz e boam asessego”.

Lopes considera este conselho compreensível, pois com a maioria dos Portugueses a apoiar o rei de Castela seria muito difícil vencer a batalha. Quem não tinha a mesma opinião era o Condestável. Segundo Lopes, Nun'Álvares argumentou desta maneira:

- i) evitar a batalha seria “grande myngua e couardiçe”, que “quebraria muyto os corações dos portuguesses que esperauom sua defenssam, e daria grande esforço a seus emmigos”;
- ii) caso se deixasse D. Juan I alcançar Lisboa, “podia seer que [a capital] se lhe daria”, vendo-se de novo em apertos; e, “perdida Lixboa, perdido era todo o regno”;

⁸⁹ Vide Froissart, *Chroniques...*, ed. Léon Mirot (Livro III, par. 91, p. 279, e par. 92, p. 282).

⁹⁰ Vide Fernão Lopes, *Crónica del Rei dom João da boa memória. Parte Segunda*, cap. XXX, pp. 60-62.

- iii) em Lisboa grassava “alguuma maa semente”: o rei português até já avisara o seu fiel valido Álvaro Pais de que Fernando Anes, ex-almoxarife do Conde D. Álvaro Peres de Castro, “tinha falla feita que desse entrada per huum postigo da çidade aos castellaãos” e mandara-lhe fazer justiça contra os culpados; também tinham sido interceptadas cartas suspeitas de D. Juan I para Diogo Gomes Sarmento, com referências a missivas do rei castelhano para o capitão da sua frota, Pero Afã da Ribeira; ora, quando os de Lisboa vissem que D. João I não os socorria e preferia ir correr Sevilha “por cortar duas oliueiras podres”, essa vontade de trair cresceria nos corações dos lisboetas, até porque “mayor he agora a fame em ella que quamdo a el-Rey de Castella teve cercada”;
- iv) D. Juan I, entrando em Lisboa, mataria e roubaria à sua vontade, e o monarca português acabaria por ter de se tornar seu vassalo;
- v) mesmo esta incursão andaluza era de eficácia duvidosa, pois “Seuilha nom he aldea de dez fogos”...
- vi) o eventual reforço da ajuda inglesa seria bem-vindo caso chegasse a tempo, mas agora “emtendo que ja nom pode vijnr senom ao atar das feridas”;
- vii) se Juan I conseguisse cercar Lisboa, com o poderio que leva consigo “muy mal lhe poderemos depois acorrer; moormente cidade esfaymada e sem capitam, e ajnda maa semente nella”.

Em síntese, Nun’Álvares afirma em Abrantes, acerca do inimigo franco-castelhano, que “eu nunca o leixaria chegar a Lixboa, mas ao caminho lhe hiria sair e poer a praça” e que não existe outra alternativa senão “poer-lhe batalha e atendel-lo no campo”, coisa que aliás já combinara com o rei quando, em Guimarães (Maio de 1385), tinham sabido da ofensiva castelhana (cuja frota cercava Lisboa desde Abril).

Dito isto, Nun’Álvares terá abandonado o conselho de guerra numa posição de força, adiantando que partiria sozinho de Abrantes e que sozinho poria batalha ao rei de Castela. Neste ponto, D. João I vacilou, mas no dia seguinte voltou a reunir os conselheiros e comunicou-lhes que decidira apoiar o Condestável, pelos seguintes motivos⁹¹:

- i) D. Juan I leva caminho de Santarém, onde vai querer estacionar alguns meses, enviando recados a praças que estão por si (como, p.ex., Sintra, Alenquer ou Santarém) para que todas as semanas corram a terra até às muralhas de Lisboa, roubando mantimentos, queimando, matando e estragando, até que ele próprio marche sobre a capital;
- ii) com isto, Lisboa acabará por se entregar devido à fome e ao sofrimento; e, deste modo, o Trastâmara cobrará o reino sem mais batalha;

⁹¹ *Idem, ibidem*, cap. XXXI, pp. 63-64.

- iii) depois de capturada Lisboa, difícil será socorrê-la, e “muytos do que ora aquy som comigo poderia seer que hiriam la de muy maa mente, ou se tornariam pera suas casas”;
- iv) a alternativa de ir correr terra a Castela não vai adiantar de nada;
- v) se não “aumentarmos per batalha” este “feito”, tal como defende o Condestável, “o regno he de todo perdido, e quamto ataaquy fizemos todo foy em vaão”;
- vi) é possível vencer a batalha campal, pois Deus facilmente faz com que poucos saiam vencedores de muitos: “a uitoria da batalha nom he na multidom da hoste, mas do ceo he o uençimento”; e “ja muytas vezes aconteeço, e cada dia aqueçe, os poucos aas vezes vencerem os muytos”; portanto, ordena o rei, “mouamos logo juntamente [com o Condestável e os seus homens] e vamos buscar nossos emmjgos”.

Finalmente, quanto a Froissart, no seu primeiro relato⁹² diz que os Portugueses estavam dispostos a requerer batalha pois, em quatro quintos das vezes, vence quem desafia (era, p.ex., o caso dos Ingleses em França): “on est par nature plus fort et mieulx encoragé en assillant que on n’est en deffendant”. D. João terá então pedido conselho aos três capitães ingleses, os quais lhe explicaram que, para compensar a inferioridade numérica que tinham (quatro contra um), havia que conseguir obter uma vantagem num terreno propício, com sebes e moitas onde se pudessem fortificar. Já no segundo relato da versão de Mirot⁹³, Froissart diz que os conselheiros recomendaram a D. João I que não se deixasse encerrar em nenhuma cidade, senão os Castelhanos ficariam com o caminho livre para cavalgar, conquistar cidades e castelos e destruir o “plat pays”. E qual seria então a solução? Dar batalha, pois para poder usufruir tranquilamente da coroa de Portugal, D. João I teria de derrotar pelo menos uma ou duas vezes o seu adversário:

“[...] vous ne povez paisiblement goir de la couronne de Portingal, dont nous vous avons couronné, fors que par bataille, et que du moins une fois ou deux vous ayez rué jus votre adversaire le roy de Castille et sa puissance”!

IV. Vemos, assim, que as informações dos cronistas confirmam o que se pode deduzir da análise dos itinerários dos dois exércitos: os Castelhanos assumiram como estratégia progredir pelo território português de norte para sul, até alcançar Santarém, de onde mais tarde (devidamente repousados e reforçados) partiriam em direcção a uma Lisboa deveras enfraquecida pelos efei-

⁹² Vide Froissart, *Chroniques...*, ed. Léon Mirot (Livro III, par. 36, pp. 143-146); e *Idem, ibidem*, ed. Peter Ainsworth (p. 252).

⁹³ Vide Froissart, *Chroniques...*, ed. Léon Mirot (Livro III, par. 91, p. 280).

tos do cerco do ano anterior, do bloqueio da frota e dos sucessivos ataques devastadores que haveriam de ser desferidos a partir das praças da região que mantinham obediência a D. Juan I e D. Beatriz. À partida, a batalha não constituía, para este partido, um objectivo estratégico, tendo a ponderação da sua ocorrência tido lugar já em S. Jorge, num segundo conselho de guerra, após esbarrarem com a coluna anglo-portuguesa. Esta, pelo seu lado, parece ter assumido desde cedo a intenção de cortar o passo ao invasor num ponto do território em que este estivesse já bem internado no reino mas ainda distante do seu objectivo estratégico (Santarém-Lisboa), para ter margem de recuperação em caso de insucesso. Neste caso, a intenção de dar batalha foi clara desde pelo menos o dia 6 de Agosto (uma semana antes do ordálio), restando escolher a melhor posição para o efeito.

Agora perguntaremos: poderiam os dois generais ter actuado de outro modo? O que é que pesou mais na sua decisão final e até que ponto é que essa deliberação consubstancia, ou contradiz, uma estratégia militar de inspiração vegeciana?

Vejamos primeiramente o problema do ponto de vista do exército anglo-português. Neste caso, parece perfeitamente claro que não existia alternativa senão a batalha campal. Primeiro, porque D. João I estava numa situação ainda bastante frágil, resultante de uma eleição recente e nada pacífica, o que, como vimos pelos exemplos de Rogers citados mais atrás, configurava uma situação clássica de ausência de capital político para montar uma estratégia vegeciana restrita, de desgaste prolongado do adversário assente em sólidos apoios internos. Em segundo lugar, e na continuidade do que acabámos de dizer, qualquer atitude que pudesse ser entendida como medrosa, ou até como desonrosa, por parte dos seus apoiantes e simpatizantes corria o risco de provocar deslealdades e traições, o que se traduziria na entrega de (mais) praças ao inimigo, em mudanças de campo e de obediência e mesmo no desinteresse dos aliados ingleses pela sua causa. Em terceiro lugar, D. João I não dispunha de uma rede de fortificações verdadeiramente credível para estruturar a partir dela uma resistência vegeciana ao seu adversário: Lisboa, que era a chave militar do reino, estava, ao que dizem os cronistas, muito debilitada e não parecia capaz de suportar um segundo cerco prolongado. Fernão Lopes refere mesmo, com menção a personagens bem concretos, que nela já grassava a traição, algo que fora, aliás, visível em determinados momentos do cerco do ano anterior⁹⁴. À volta de Lisboa, muitas praças poderosas tinham voz por Castela ameaçando frustrar qualquer plano desse género, enquanto Santarém – praça especialmente poderosa – oferecia ao inimigo um óptimo ponto de

⁹⁴ Sobre o cerco de Lisboa de 1384, o trabalho de referência é agora o de Miguel Gomes Martins, *A vitória do quarto cavaleiro. O cerco de Lisboa de 1384*, 1.ª ed., Lisboa. Prefácio, 2006.

apoio para concentração de tropas, para abastecimento e para uma investida forte e sustentada sobre a capital. Sendo assim, de nada valeria ao partido anglo-português ensaiar uma cavalgada por terras andaluzas: mesmo que fosse bem sucedida, ela não distrairia o rei de Castela do seu objectivo principal, que era a tomada de Lisboa. Seria, para D. João I, simplesmente sair de cena e deixar o caminho livre ao invasor. Deste modo, a batalha surgiu ao general português (Nuno Álvares Pereira) como um último recurso, à maneira de Gillingham e de Morillo. Mas, e nisto está talvez o segredo do sucesso da operação de 14 de Agosto, um recurso bem planeado e que podia não ser desbaratado de forma inglória, caso fosse possível apoiá-lo do ponto de vista logístico (tal como parece ter sido feito em colaboração com o abade de Alcobaça, que disponibilizou alimentos, transporte e recursos humanos durante todo o dia e durante a noite do embate) e, sobretudo, caso houvesse a possibilidade de garantir a escolha do terreno de batalha de uma forma que assegurasse alguma vantagem táctica e que, simultaneamente, não inibisse o adversário de aceitar o combate que lhe estava a ser proposto. D. João I e Nun' Álvares assumiram, portanto, uma atitude estratégica a que Rogers, parafraseando Clausewitz, chama de “intenção positiva” (*positive aim*), muito própria de quem não estava contente com a situação e ambicionava uma alteração significativa do *status quo*⁹⁵. No entanto, fizeram-no de uma forma extraordinariamente hábil, que deu a iniciativa táctica ao adversário, convidado a tomar a iniciativa do assalto. Ora, um dos factores chave dos combates de infantaria na Idade Média diz-nos que a parte que ataca sofre quase inevitavelmente de exaustão e de ruptura durante o seu avanço, de tal modo que no momento em que atinge o dispositivo dos defensores o seu próprio exército está muitas vezes à beira do colapso e, desordenando-se, fica numa posição terrivelmente vulnerável. Como lembra Rogers, Geoffrey de Monmouth (bispo de Saint-Ashap em 1154 e elo muito importante da construção do romance arturiano) dizia que “o lado que aguenta firme o primeiro assalto acaba por vencer no final”, uma observação que Jean de Bueil, almirante de França, secundaria séculos mais tarde no seu auto-biográfico *Jouvencel* (c.1461-1468)⁹⁶. Em síntese, a decisão anglo-portuguesa de dar batalha em S. Jorge pode atribuir-se a dois factores principais: i) a impossibilidade de utilizar uma estratégia de ‘aproximação indirecta’ convencional, por falta de condições políticas e de apoios militares (designadamente em matéria de defesas estáticas); ii) a capacidade para, assumindo cedo a batalha como desígnio estratégico da campanha, a conseguir situar (como fizera Eduardo III em Crécy) num terreno favorável mas não tão escandaloso que retirasse ao adversário a

⁹⁵ Vide C. Rogers, *The Vegetian 'Science of Warfare'...*, pp. 13-14.

⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 14.

vontade de atacar (e, nesse aspecto, a viragem da ‘primeira’ para a ‘segunda’ posição portuguesas foi de uma notável astúcia, como tentámos mostrar noutros trabalhos⁹⁷). Claro que, na concepção de todo este plano, terá sido decisivo o aconselhamento e a experiência dos capitães e mercenários ingleses que acompanhavam Nun’Álvares e que decerto ajudaram a delinear o sistema de entricheiramento defensivo (abatisses, fossos, covas-de-lobo) que, devidamente camuflado, garantiu a vitória. O partido anglo-português apostou deliberadamente forte, arriscou tudo e ganhou.

Analisemos agora o problema na óptica do exército franco-castelhano. A questão é mais complexa, porque obriga a explicar porque é que um exército mais poderoso e que não tinha especial interesse em combater antes de alcançar Santarém e Lisboa (as intervenções nos dois conselhos de guerra são elucidativas a este respeito) aceitou travar batalha. Cremos que esta é uma situação típica de combate em campo aberto que ocorre pontualmente no decurso de uma campanha com outra orientação estratégica. Em nossa opinião, três factores principais se conjugaram para decidir um exército cansado por longas horas de marcha e ainda em estado incompleto de formação a aceitar o desafio para desferir o ataque. Em primeiro lugar, a ilusão de que a segunda posição portuguesa, embora forte (devido ao estorvo que as depressões no terreno colocariam à entrada das alas no veio central do planalto), não era insuperável e representava uma clara melhoria relativamente à primeira posição proposta, a norte do planalto de S. Jorge, essa sim inexpugnável. Ou seja, o exército castelhano não reconheceu convenientemente o campo de batalha e não se terá apercebido dos obstáculos artificiais abertos no terreno. Julgou ter obrigado o adversário a refluir para uma posição de recurso (a uma cota até inferior à sua) e deduziu que, naquele caso concreto, dar batalha não constituiria um erro grosseiro, nem violaria nenhum preceito de prudência do género dos avançados por Vegécio. Mais, combater naquele dia, em que não haviam ainda chegado a D. João I os prometidos reforços ingleses e beirões, poderá até ter parecido vantajoso, como vimos ser lembrado por alguns conselheiros castelhanos, confortados pela superioridade numérica e armamentista da sua hoste. Em segundo lugar, o imperativo de honra que animava vários dos conselheiros do Trastâmara, os quais – segundo percebemos das palavras alegadamente proferidas pelo conde João Afonso Telo ou pelo marechal Regnaut Lymosin – mostraram dificuldade em aceitar qualquer decisão de evitar o combate com um inimigo tão bisonho e recearam as consequências anímicas que tal atitude poderia ter no seio dos seus apoiantes (mormen-

⁹⁷ Vide João Gouveia Monteiro *et alii*, *Aljubarrota Revisitada*, 1.ª ed., Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001; e João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota 1385. A Batalha Real*, 1.ª ed., Lisboa. Tribuna da História, 2003. Sobre a jornada do 14 de Agosto de 1385 e sobre o seu enquadramento e consequências político-militares, é essencial ver-se também Luís Miguel Duarte, *Guerra pela Independência. Aljubarrota, 1383-1389*, 1.ª ed., Lisboa. Academia Portuguesa da História (col. “Batalhas da História de Portugal”, n.º 4), Quidnovi, 2006.

te entre aqueles que já desertavam das guarnições da região de Lisboa, por falta de pagamento do soldo). Em terceiro lugar, a intuição de que recusar o combate e continuar a progressão em direcção a Santarém e Lisboa poderia ser desastroso, uma vez que a linha de comunicações do exército castelhano ficaria quebrada e a hoste de D. Juan I teria seguramente, ao longo de muitas dezenas de quilómetros, um adversário a morder os calcanhares da sua coluna de marcha, sabendo-se o risco que representava para qualquer exército ser atacado quando em movimento, *i.e.*, quando em posição de defesa particularmente débil. Mas, a acreditar nos relatos dos cronistas, há ainda uma outra hipótese, e completamente distinta: ouvidos os seus, o rei decidiu recusar a batalha mas não foi obedecido! Na sua carta à cidade de Múrcia, D. Juan I escreve também (quicá para se justificar do desastre): “Mas toda la otra nuestra gente, con la voluntad que avían de pelear, fueronse sin nuestro acuerdo allá”⁹⁸. Neste caso, ter-se-á tratado de uma situação excepcional de incapacidade de um monarca em estado febril para controlar e comandar o seu exército a estar na origem de uma decisão que se revelaria fatal. Nesta hipótese, três factores suplementares podem ajudar a explicar a chacina: i) a imaturidade (bem enfatizada por López de Ayala) de uma grande percentagem dos homens de armas ao serviço de Castela (como dizia Vegécio, “doce é a batalha para os inexperientes”: *vide supra*); ii) uma eventual rivalidade entre as componentes francesa e castelhana da hoste trastâmara (matéria sempre insinuada nos relatos de Froissart); iii) e o pânico que se gerou após o assalto à posição portuguesa, quando a conjugação dos obstáculos naturais e artificiais começou a produzir os seus efeitos, pânico esse que os exércitos medievais (temporários e sem treino colectivo regular) tinham especial dificuldade em dominar, para mais numa batalha travada quase ao cair da noite e onde, portanto, as possibilidades de reagrupamento eram diminutas. Como quer que tenha sido – e talvez jamais o saibamos ao certo – o exército franco-castelhano aceitou o desafio, atacou com excesso de confiança e... perdeu.

V. Permita-se-nos um comentário final. O teor das intervenções que tiveram lugar nos conselhos de guerra português e castelhano, tal como são reproduzidas pelos principais cronistas, mostra bem o peso da “guerra guerreada” na prática da guerra medieval. D. João I de Portugal foi aconselhado por muitos dos seus a ensaiar uma manobra de diversão na província andaluza, sob a forma de uma cavalgada convencional para destruir a terra e capturar pessoas e bens. Quanto ao Trastâmara, muitos dos seus validos teriam preferido que ele organizasse ataques cirúrgicos e devastadores em simultâneo, em diferentes pontos do território português. Num e noutro caso, era a

⁹⁸ Vide C. Rossell, *op. cit.*, p. 152.

estratégia vegeciana a falar mais alto, o “paradigma Smail-Gillingham” a privilegiar a guerra de desgaste e a evitar a batalha campal, fonte de todos os riscos e imponderáveis. E, no entanto, a batalha teve lugar e revelou-se decisiva: fatal para uma das partes (que se recolheu num luto cerrado durante dois anos e meio e jamais teve condições para uma desforra redentora), gloriosa para a outra parte (que logo ocupou as praças de Santarém, Sintra, Alenquer, Torres Vedras, Torres Novas, Óbidos, Leiria e Vila Viçosa, entre outras, consolidou de vez a sua posição político-militar e pôde reforçar a sua aliança com a Inglaterra). Compreender a decisão dos dois comandos em dar batalha nas condições objectivas e subjectivas com que cada um estava confrontado mostra como o contributo de Clifford Rogers para o debate sobre o papel da batalha campal na arte da guerra medieval foi enriquecedor. Ele não implica, de modo algum, a diminuição dos grandes méritos da “escola de Gillingham”, expressão de uma história militar medieval profundamente renovada e de uma ‘nova ortodoxia’, mas tão só o evitar da sua dogmatização. A batalha campal não era um acontecimento vulgar (até porque, ao contrário de outras formas de guerra, implicava disponibilidade recíproca para combater nos limites do risco), mas a sua importância era inversamente proporcional à sua frequência e os generais medievais sabiam bem disso, e por esse motivo a ponderavam com prudência. Eles não a recusavam por princípio ou por simples medo. Faziam-na depender de um conjunto de circunstâncias muito particulares. Entre estas, não contavam apenas a certeza de uma superioridade numérica esmagadora, a inexistência de um caminho de fuga ou o desespero de um dos candidatos. Ao frisar a importância de factores como a fragilidade política, a lealdade e condição anímica das guarnições das fortalezas de apoio, os custos da destruição do próprio território, as dificuldades (financeiras e não só) em manter mobilizados durante muitas semanas exércitos numerosos, a importância da honra como imperativo também de natureza política, as potencialidades do uso do terreno na construção de cenários de batalha possíveis e muitos outros que acima realçámos, Rogers alargou o nosso entendimento do lugar da batalha na arte militar da Idade Média.

Na sua fotografia, continua a haver lugar para Vegécio, mas não só para o Vegécio que, alarmado pelos insucessos dos Romanos face aos bárbaros (p.ex., pela derrota e morte do imperador Valente em Adrianopla, em 378), enfatiza que “os bons generais nunca combatem em campo aberto, a não ser em ocasiões oportunas ou por extrema necessidade”. Deve começar a haver também lugar para o Vegécio que reconhece, de forma lapidar, que “uma vitória completa assenta no resultado de uma batalha campal”. Os dois, à sua maneira, parecem afinal ter estado presentes em S. Jorge, naquele final de tarde de Agosto de 1385.